



Instituto de Desenvolvimento Local

**PROGRAMA DE MELHORIA DO SISTEMA
DE PROTECÇÃO SOCIAL PARA O CAPITAL
HUMANO E RESILIÊNCIA– KWENDA II**

Projecto N.º P181495

**PLANO DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES
INTERESSADAS (PEPI)**

MAIO 2024

Acrónimos

ADECOS	Agente de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário
ADUC	Associação Deficientes Unidos de Cabinda
ADRA	Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
AF	Agregado Familiar
AM	Mecanismo de Responsabilização <i>((pelas siglas em inglês))</i>
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNA	Banco Nacional de Angola
CASI	Centro de Acção Social Integrada
CODESPA	Fundação
CCP	Comissão de Coordenação do Projecto
CSU	Cadastro Social Único
DMAS	Direcção Municipal de Acção Social
DPI	Desenvolvimento da Primeira Infância
EAS/AS	Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual
ENFOTESS	Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura
FAS-IDL	FAS-Instituto de Desenvolvimento Local
FLM	Federação Lutherana Mundial
GASFIG	Gabinete de Acção Social Família e Igualdade de Género
GoA	Governo de Angola
GRS	Serviço de Reparação de Reclamações <i>(pelas siglas em inglês)</i>
INE	Instituto Nacional de Estatística
KWENDA II	Projecto de Melhoria do Sistema de Protecção Social para o Capital Humano e Resiliência
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MAPTESS	Ministério da Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social
MAS	Municipalização da Acção Social
MAT	Ministério da Administração do Território
MBAKITA	Missão de Beneficiência Agropecuária, Inclusão Tecnologias e Ambiente
MCS	Meios de Comunicação Social
MED	Ministério da Educação
MGR	Mecanismo de Gestão de Reclamações
MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas
MINFIN	Ministério das Finanças
MININT	Ministério do Ambiente
MINJUSDH	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
MINPLAN	Ministério do Planeamento
MINSA	Ministério da Saúde
ME	Minorias Etnolinguísticas
MPRT	Mecanismo de Participação e Reclamações dos Trabalhadores
M&A	Monitoria & Avaliação
NAS	Normas Ambientais e Sociais
OBFs	Organizações Baseadas na Fé
OCADEC	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário
OCBs	Organizações Comunitárias de Base
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OGE	Orçamento Geral do Estado
ONGs	Organizações Não Governamentais
PA	Partes Afectadas
PcD	Pessoas com Deficiência

PEPI	Plano de Envolvimento das Partes Interessadas
PFPS-KWENDA	Projecto de Fortalecimento da Protecção Social - KWENDA
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PI	Partes Interessadas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PS	Protecção Social
QSA	Quadro Social e Ambiental
RS	Registo Social
SIC	Serviços de Investigação Criminal
SIG	Sistema de Gestão de Informação
SIGAS	Sistema de Informação e Gestão da Acção Social
SPCB	Serviços de Protecção Civil e Bombeiros
SPREC	Sistema de Participação e Reclamações
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
US\$	Dólar americano
VBG	Violência Baseada no Género
VM	Visão Mundial

Índice

I. INTRODUÇÃO/DESCRIÇÃO DO PROJECTO	5
II OBJECTIVO DO DO PEPI.....	6
III IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS	6
3.1 Metodologia	6
3.2 Partes Afectadas e outras Partes Interessadas.....	7
3.3 Indivíduos e grupos desfavorecidos vulneráveis	8
IV PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS	9
4.1 Resumo do envolvimento das Partes Interessadas (durante a preparação do Projecto)	9
4.1.1 Principais resultados/contributos do processo de Consulta Pública.....	10
4.2. Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto e métodos, ferramentas e técnicas para engajamento das partes interessadas	12
4.3 Plano de Envolvimento das Partes Interessadas	16
4.4 Feedback às Partes Interessadas.....	17
V RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS	17
5.1 Recursos	17
5.2. Funções e responsabilidades de gestão	18
5.2.1 Funções e responsabilidades do FAS-IDL.....	18
VI MECANISMO GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (SPREC)	18
6.1 Descrição do SPREC.....	19
6.2 Mecanismo Participação e Reclamações dos Trabalhadores (MPRT)	21
VII MONITORIAMENTO E RELATÓRIOS	21
7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada	21
ANEXOS	23
ANEXO 1: STAKEHOLDERS IDENTIFICADOS	23
ANEXO 2: SÍNTESE DOS ENCONTROS COM AS PIAS NO PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO (MARÇO-ABRIL DE 2024).....	26
ANEXO 3: FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES (ESTE FORMULÁRIO APLICA-SE ÀS COMPONENTES CUJA IMPLEMENTAÇÃO É RESPONSABILIDADE DO IDL-FAS)	35
ANEXO 4: LISTA DE ATENDIMENTO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO E RECLAMAÇÕES (SPREC).....	39

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Principais Partes Afectadas e outras Partes Interessadas a serem consultadas (KWENDA II).....	7
Tabela 2: ONGS/Associações que representam indivíduos e grupos desfavorecidos.....	9
Tabela 3: Número de instituições, entidades e grupos consultados.....	10
Tabela 4: Resumo das necessidades, métodos e ferramentas para o engajamento das Partes Interessadas (PI)	12
Tabela 5: Estratégia para consulta das Partes Interessadas.....	16
Tabela 6: Orçamento Annual Estimado IDL-FAS.....	17
Tabela 7: Indicadores de monitorização das actividades	22

I. INTRODUÇÃO/DESCRIÇÃO DO PROJECTO

O Governo de Angola (GoA) solicitou o apoio do Banco Mundial (BM) para implementar o **Projecto de Melhoria do Sistema de Protecção Social para o Capital Humano e Resiliência-KWENDA II, após quatro anos de implementação com sucesso do PFPS-KWENDA**, e que poderá ser implementado no período de 2025-2029, com um financiamento de US\$ 400 milhões, sendo US\$ 120 milhões provenientes dos Recursos Ordinários do Tesouro (ROT). O KWENDA II tem como Objectivo de Desenvolvimento aumentar o acesso a oportunidades para construir capital humano fundamental, resiliência das famílias e fortalecer o sistema de Protecção Social (PS).

O Projecto continuará a incluir o Ministério das Finanças (MINFIN), Ministério do Planeamento (MINPLAN), Ministério da Administração do Território (MAT), Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), FAS-IDL, Ministérios da Saúde (MINSa), Ministério da Educação (MED), Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MINJUSDH) e outros ministérios e instituições relevantes, especialmente os relacionados com a resposta a catástrofes. A comissão intersectorial mobilizará o apoio e o envolvimento geral do governo, fornecerá orientação estratégica de alto nível para a implementação do Projecto.

O KWENDA II integra 4 componentes a saber: **Componente 1: Capital Humano e Reforço da Resiliência (equivalente a 360 milhões de dólares do BIRD, financiamento GoA de 120 milhões de dólares)** que visa (i) reforçar a capacidade de resistência das famílias pobres e vulneráveis, proporcionando apoio ao rendimento e acesso a serviços relacionados com o capital humano para as famílias pobres e; (iii) melhorar as oportunidades produtivas dos beneficiários da transferência de renda de Kwenda, incluindo os do corredor do Lobito; **Componente 2. Modernização da Prestação, dos Sistemas e a Política de Protecção Social (US\$27 milhões)** que visa melhorar os sistemas de entrega do KWENDA, incluindo os mecanismos destinados a melhorar a prontidão e a frequência dos pagamentos, a adaptação do sistema de execução facilitar a resposta aos choques, a capacidade de resposta do Sistema de Gestão de Reclamações em uso no KWENDA (denominado SPEREC no âmbito do projecto); reforçar os sistemas e as políticas de protecção social e a operacionalizar o Cadastro Social Único (CSU), como elemento-chave de um sistema PS modernizado e; continuará a apoiar a melhoria da disponibilidade e da qualidade dos trabalhadores da linha da frente, a fim de reforçar a prestação de serviços no sector; **Componente 3. Gestão de Projectos e Monitorização e Avaliação (equivalente a US\$13 milhões)** que tem como objectivos: (i) assegurar uma gestão e implementação de projectos eficazes, incluindo aprendizagem e avaliação contínuas por parte do FAS-IDL e do MASFAMU; **Componente 4. Componente de Resposta de Emergência de Contingência (CERC)** de dotação zero que permitirá ao governo realocar e mobilizar rapidamente fundos para apoiar a resposta a uma crise ou emergência elegível como uma catástrofe, crise natural ou provocada pelo Homem, incluindo reformas dos subsídios aos combustíveis¹.

Os beneficiários deste Projecto incluirão pelo menos 7,4 milhões de angolanos pobres nas zonas rurais e urbanas. Isto equivale a 1,5 milhões de Agregados Familiares (AF) pobres rurais e urbanos. Pelo menos 70% dos beneficiários de transferências de renda serão mulheres. Destes AF, 200.000 serão beneficiários de serviços de Desenvolvimento da Primeira Infância (DPI),

¹ Podem encontrar mais informação no PAD (Project Appraisal Document) do Projecto.

400.000 beneficiarão do pacote de inclusão produtiva ligeira e 30.000 beneficiarão do pacote de inclusão produtiva intensiva. Cerca de 900.000 angolanos deverão beneficiar de transferências de dinheiro por se encontrarem em áreas sensíveis a choques. Os AF prioritários para receber transferências monetárias continuadas após completarem dois anos de duração da prestação incluem os doentes crónicos, deficientes ou idosos.

O FAS-IDL implementará todas as actividades relacionadas com as Componentes 1, 2A, 3A e 4, enquanto o MASFAMU será responsável pela implementação das Componentes 2B e 3B. O MASFAMU nomeará uma equipa focal dentro do ministério para implementar esta componente e será apoiado por um oficial de operações e assistência técnica em matéria de aquisições, gestão financeira e questões ambientais e sociais. Uma vez que a Componente 2 será implementada conjuntamente pelo MASFAMU e pelo FAS-IDL, será criada uma Comissão de Coordenação de Projecto (PCC).

O KWENDA II está a ser preparado no âmbito do Quadro Social e Ambiental (QSA) do Banco Mundial. De acordo com a Norma Ambiental e Social 10 sobre Envolvimento das Partes Interessadas e Divulgação de Informações, as agências implementadoras irão fornecer às partes interessadas informações oportunas, relevantes, compreensíveis e acessíveis, e consultá-las de maneira culturalmente apropriada, livre de manipulação, interferência, coerção, discriminação ou intimidação.

II OBJECTIVO DO DO PEPI

O objectivo geral deste Plano de Envolvimento das Partes Interessadas (PEPI) é definir um programa para o envolvimento das Partes Interessadas (PI), alinhado com as Normas Ambientais e Sociais (NAS) do BM, que inclua a divulgação e a consulta pública ao longo de todo o ciclo do Projecto com vista a aumentar e melhorar a comunicação com as Partes Interessadas e Afectadas (PIAs) e a sua participação, dando particular atenção aos grupos mais vulneráveis, incluindo as Minorias Etnolinguísticas (ME), bem como o modo de funcionamento e tratamento das reclamações por via do Mecanismos de Reclamações (SPEREC), os procedimentos de monitorização e os recursos necessários para a implementação do PEPI.

III IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PARTES INTERESSADAS

3.1 Metodologia

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o envolvimento das Partes Interessadas (PI):

- ✓ Abertura e abordagem de ciclo de vida: As consultas públicas serão organizadas durante o ciclo de vida do Projecto, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação;
- ✓ Participação informada e feedback: As informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as PI, num formato apropriado às suas necessidades específicas

e oportunidades serão oferecidas para comunicar o feedback das PI e para analisar e abordar comentários e preocupações;

- ✓ **Inclusão e sensibilidade:** A identificação das PI é realizada para apoiar uma melhor comunicação e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação nos projectos é inclusivo. Todas as PI serão sempre incentivadas a se envolver no processo de consulta e terão acesso igualitário à informação. A sensibilidade às necessidades das PI é o princípio fundamental subjacente à selecção dos métodos de envolvimento. Atenção especial será dada aos grupos vulneráveis que podem estar em risco de ser deixados de fora dos benefícios do Projecto, particularmente mulheres, idosos, pessoas com deficiência e ME;
- ✓ **Flexibilidade:** Adaptar a metodologia de consulta às PI às especificidades socioculturais e rotina das PIs.

3.2 Partes Afectadas e outras Partes Interessadas

As Partes Afectadas (PA) incluem comunidades locais, membros da comunidade e outras partes que podem estar sujeitas a impactos directos do Projecto. As Partes Interessadas (PI) incluem outras entidades, ainda que não sejam alvo de impactos directos do Projecto, considerando que os seus interesses podem impactar e/ou influenciar, positiva e/ou negativamente a implementação do Projecto.

A Tabela 1 apresenta as PIAs e foi actualizada com base na experiência de mais de 3 anos de implementação do PFPS-KWENDA (Maio 2020-Dezembro 2023), assim como as componentes que integram o desenho do KWENDA II com vista a salvaguardar que todas as PIAs sejam incluídas.

Tabela 1: Principais Partes Afectadas e outras Partes Interessadas a serem consultadas (KWENDA II)

Partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<ul style="list-style-type: none"> • População e sociedade civil em geral • Assembleia Nacional • Beneficiários e não beneficiários em municípios seleccionados • Grupos sociais vulneráveis (idosos, pessoas com deficiências, crianças, pessoas analfabetas, grupos etnolinguísticos minoritários (San, Vatwa), mulheres no geral e mães chefes de família em particular, pessoas com albinismo, pessoas com doenças crónicas) • <u>Ministérios envolvidos na comissão intersectorial:</u> <ul style="list-style-type: none"> ○ Ministra de Estado da Acção Social do Presidente da República ○ Ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) ○ Ministro da Administração do Território (MAT) ○ Ministro das Finanças (MINFIN) 	<p><u>Grupo Técnico da Comissão Intersectorial:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> ○ Secretário de Estado das Finanças e Tesouro; ○ Secretária de Estado da Administração do Território; ○ Secretário de Estado para Acção Social; ○ Secretária de Estado para a Justiça ○ Secretário de Estado para a Agricultura e Pescas ○ Secretário de Estado para o Comércio ○ Secretário de Estado para a Comunicação Social ○ Secretário de Estado para a Saúde Pública ○ Secretário de Estado para o Ensino Pré-escolar 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ministra de Estado para Área Social da Presidência da República ▪ Ministério das Finanças (MINFIN) ▪ Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) ▪ Ministério da Administração do Território (MAT) ▪ Ministério da Comunicação Social ▪ Ministério do Ambiente (MINAMB) ▪ Ministério do Interior (MININT) ▪ Partidos Políticos com assento no Parlamento ▪ IDL-FAS ▪ Influenciadores locais (Catequistas, Pastores, professores, enfermeiros, Igrejas, lideranças tradicionais) ▪ Governos Provinciais e Administrações locais ▪ BNA) ▪ Bancos Comerciais

Partes interessadas que podem ser afectadas, directa ou indirectamente, pelos resultados da implementação do Projecto	Partes interessadas que participam da implementação do Projecto	Partes interessadas com influência na implementação do Projecto
<ul style="list-style-type: none"> ○ Ministro da Justiça e Direitos Humanos (MINJUDH) ○ Ministro da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) ○ Ministro do Comércio e Indústria ○ Ministro das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social ○ Ministra da Saúde (MINSÁ) ○ Ministra da Educação (MED) ○ Secretária de Estado para os Assuntos Sociais da Presidência da República ● Ministério do Interior (MININT/ Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros) ● Ministério da Defesa Nacional ● Ministério do Ambiente (MINAMB)/ Secretário de Estado para o Ambiente ● Ministério da Economia e Planeamento/ Instituto Nacional de Estatística (INE) ● Banco Nacional de Angola (BNA) ● Partidos Políticos com Assento no Parlamento ● Associações comerciais e industriais; ● Cooperativas de Produção ● Ordens profissionais ● Influenciadores locais (Catequistas, Pastores, etc.) ● Governos Provinciais e Administrações Locais ● Agências das Nações Unidas ● Bancos comerciais, Agências de Pagamento, correspondentes bancários, comerciantes locais envolvidos ou não em pagamentos a beneficiários ● Comissão Provincial/Municipal de Protecção Civil e Bombeiros ● Organizações não-governamentais (ONGs) – ADRA, FLM, OCADEC, MBACKITA, Visão Mundial, Fundação CODESPA ● Agências das Nações Unidas (OIT, UNICEF, PNUD, FAO) ● Meios de comunicação (MCS) ● Instituições Académicas 	<ul style="list-style-type: none"> ○ Secretário de Estado do Ambiente ○ Director Geral do IDL-FAS ○ Director do Instituto Nacional de Estatística – INE ○ Coordenador da Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros ■ IDL-FAS e as suas delegações provinciais; ■ Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTESS) ■ Municípios, comissões de moradores, autoridades tracionais, formadores e supervisores dos ADECOS, Organizações não Governamentais (ONG's), Organizações Comunitárias de Base (OCB's), Organizações Baseadas na Fé (OBF's) ■ Centros de Acção Social Integrada (CASI) ■ Agentes de Desenvolvimento Comunitário e Sanitário (ADECOS) ■ Bancos comerciais, Agências de Pagamento, correspondentes bancários, comerciantes e operadoras de telefonia móvel ■ Empresa Interbancária de Serviços (EMIS) ■ Agentes da ordem pública e forças armadas ■ Agregados Familiares e Comunidades 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Agentes Locais de Pagamento ■ Meios de Comunicação Social ■ Organizações da Sociedade Civil ■ Fazedores de opinião ■ Agregados Familiares e Comunidades ■ Associações/Cooperativas de Produção ■ Instituições Académicas ■ Indivíduos com necessidades específicas (idosos, pessoas com deficiência, pessoas com doenças crónicas) ■ Indivíduos e famílias expostos a choques (económicos, sociais e ambientais)

3.3 Indivíduos e grupos desfavorecidos vulneráveis

Fazem parte das PIAs do Projecto KWENDA II , os grupos sociais em situação de vulnerabilidade de entre os quais mulheres, pessoas idosas, pessoas com deficiências, crianças e adolescentes, pessoas com doenças crónicas, minorias etnolinguísticas (ME), como os San e Vatwa no sul de Angola, comunidades que estejam expostas a choques (climáticos, sociais e económicos) e ONGs nacionais e agências das Nações Unidas.

Tabela 2: ONGS/Associações que representam indivíduos e grupos desfavorecidos

Nº	Designação	Cobertura geográfica
1	Associação dos Deficientes Unidos de Cabinda (ADUC)	Cabinda
2	Associação de Mulheres Deficientes do Povo Grande Vunga Moyo	
3	Associação de Apoio aos Albinos de Angola (4As)	Luanda
4	Missão de Beneficência Agropecuária, Inclusão Tecnologias e Ambiente (MBAKITA)	Cuando Cubango
5	Organização Cristã de Apoio ao Desenvolvimento Comunitário (OCADEC)	Huíla
6	Associação Nacional de Cegos e Ambilíopes de Angola (ANCAA)	Cobertura nacional
7	Associação Nacional dos Deficientes de Angola (ANDA)	Cobertura nacional
9	Associação Nacional de Surdos se Angola (ANSA)	Luanda
10	Associação de Apoio a Pessoas Albinas (ALPA)	Cunene

Algumas pessoas, com baixos níveis de alfabetização ou alfabetizadas na língua materna, não conseguem se comunicar facilmente na língua oficial (português), podendo precisar ser consultados em línguas nacionais específicas de cada região. O PEPI leva em conta a abordagem dessas limitações identificadas, de modo a assegurar que todas as PI, particularmente as PA pelo Projecto, sejam incluídas e apoiadas para superar as limitações que enfrentam e participar do processo de consulta.

No período de Agosto a Outubro de 2021, o FAS-IDL levou a cabo um processo de consulta a estes grupos (ME), com o objectivo de fazer o levantamento de informações chave para dar suporte ao trabalho a ser realizado nos municípios em que se encontrem comunidades tradicionais (San, Vatwa, subgrupos do grupo bantu, como caçadores-colectores, pastoris, agropastoris e comunidades nómadas, particularmente nas províncias do Cuando Cubango (Cuito Cuanavale, Baixo Longa), Cunene (Ombadja, Curoca), Huíla (Cacula) e Namibe (Virei). O processo de consulta procurou facilitar, através da sensibilização, uma participação de qualidade destes grupos, que incluiu a tradução linguística.

Em Maio de 2023, foram realizadas uma consulta pública com a comunidade San baseada na Hupa, município da Cacula, localidade da Hupa com o objectivo de identificar os pontos fortes, oportunidades, dificuldades e perspectivas de fomento da economia local. Este contou com a participação de 134 pessoas das quais 57% (77) mulheres tendo-se destacado a problemática do acesso à água, agropecuária (produtos produzidos localmente) e a produção do mel. Como resultado, foi elaborado o Plano de Acção para as Minorias Etnolinguísticas do KWENDA, em implementação.

IV PROGRAMA DE ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

4.1 Resumo do envolvimento das Partes Interessadas (durante a preparação do Projecto)

Durante a Fase de Preparação/ Planeamento o processo de consulta às PIAs decorreu no período de 02 a 25 de Abril de 2024, com o objectivo recolher informações, sugestões que agreguem valor ao Projecto, assim como garantir a credibilização e legitimação das instituições e das acções propostas que têm influência directa na vida das populações mais vulneráveis.

As províncias e municípios inicialmente seleccionados foram a Huíla (municípios da Cacula, Gambos), Cunene (município do Cuanhama, Namacunde), Luanda (Luanda Sede, Quiçama), Namibe (Moçâmedes, Camucuío). No decurso do processo, foram envolvidas as províncias do Cuando Cubango (Cuito Cuanavale) para consulta às comunidades San e a província de Cabinda para consulta a pessoas com deficiência (física, visual, auditiva) e pessoas com albinismo.

Foram realizadas 41 consultas que contaram com um total de **475** participantes, dos quais **42,72%** (203) mulheres e a 322 pessoas com necessidades específicas e em situação de vulnerabilidade das quais 54,% (177) mulheres, de entre San (Cacula, Cuito Cuanavale, Namacunde), Vatwa (Camucuío), Mulheres (Namacunde, Gambos, Camucuío, Quiçama), deficientes visuais, físicos (Cabinda Sede, Cuanhama, Camucuío), pessoas com albinismo (Cuanhama, Cabinda Sede), conforme descrito na Tabela nº 3. Mais detalhes podem ser encontrados no quadro resumo constante no Anexo 2.

Tabela 3: Número de instituições, entidades e grupos consultados

Instituições/entidades (nacional, provincial, municipal)	H	M	Total	Entidades e grupos comunitários	H	M	Total
Departamentos Ministeriais (MAT, MASFAMU, MINPLAN, MAPTESS)	10	2	12	Autoridades Tradicionais	14	3	17
Governos Provinciais Cunene, Huíla, Luanda)	13	6	19	Homens/Mulheres	47	87	134
Administrações Municipais (Lubango, Namacunde, Quiçama, Camucuío, Chibia)	12	0	12	Jovens	63	6	69
OSC (Luanda, Huíla, Cunene)	5	5	10	San	19	46	65
Agências das Nações Unidas, FRESAN (Luanda, Huíla, Namibe)	3	1	4	Vatwa	4	5	9
Fazedores de Opinião	4	3	7	Pessoas c/ deficiência física	51	26	77
				Pessoas c/ deficiência visual	14	2	16
				Pessoas c/ albinismo	13	11	24
Total	47	17	64	Total	225	186	411

4.1.1 Principais resultados/contibutos do processo de Consulta Pública

Principais desafios da implementação do Programa KWENDA

- ✓ As Transferências Sociais Monetárias (TSM) são essenciais, devemos ser nós (país), a nível político, a dar os passos para combater a pobreza com financiamento interno. A sustentabilidade passa pela assumpção do financiamento pelo Governo;
- ✓ Efectuar um levantamento adequado do público-alvo, tendo em conta o contexto sociocultural de cada circunscrição e não se desenhar um protótipo que sirva de matriz para o País inteiro, atendendo ao índice de pobreza e do desemprego;

- ✓ Há enormes desafios como, a dimensão do país, a problemática das vias de comunicação, os acessos às pessoas, etc., devendo-se consultar casos de sucessos noutras paragens, mas também encontrar-se caminhos para reduzir ou deixar os pagamentos em cash por causas dos riscos que acarreta;
- ✓ Melhorar a comunicação, primando por uma maior divulgação a nível local (municipal);
- ✓ Em relação às novas componentes do Programa, os participantes consideram relevantes, uma vez que irão garantir a inclusão produtiva de mais famílias, e a cobertura de pessoas e grupos em situação de vulnerabilidade, a choques climáticos (cheias, seca). No caso específico da inclusão produtiva, submeter os beneficiários a acções de capacitação para maximizarem a capacidade produtiva por área de produção, melhorar toda a cadeia de produção, as vias de acesso para o escoamento de produtos, bem como flexibilizar os preços de fertilizantes, sementes e os meios de produção.

Sobre a institucionalização

- ✓ A protecção social é muito mais do que combate à pobreza. O KWENDA não resolverá tudo, deve congregar outros esforços ou parceiros.
- ✓ A intersectorialidade é fundamental para manter os resultados obtidos pelo KWENDA. Esta permitirá a partilha de dados e informação instituições/Programa e a complementaridade das acções (INE, Justiça, outros Programas);
- ✓ A sustentabilidade do KWENDA é fundamental, e passa pela atribuição de uma quota financeira do Orçamento Geral do Estado (OGE). As componentes que o KWENDA apresenta abrem caminhos para a sua conformação como Programa;

Expansão urbana

- ✓ A experiência do KWENDA I pode ser utilizada e adaptada para a zona urbana. Há, porém, desafios de ordem ética, sobretudo como cadastrar pessoas em situação de vulnerabilidade;
- ✓ A figura do ADECOS é uma figura que vai facilitar a entrada do programa nas zonas urbanas;
- ✓ As organizações e associações que ajudam no referenciamento de pessoas e grupos específicos e as comissões de moradores, podem ser os potenciais parceiros, uma vez que conhecem as pessoas vulneráveis nas suas áreas. Fazer recurso a ONGs, associações ou Unidades Sanitárias e/ou escolas para o referenciamento das pessoas vulneráveis para o Programa, introduzindo um instrumento, “o cartão de referenciamento”.

Cadastro Social Único

- ✓ CSU deve estar no Ministério mãe da protecção social em Angola. O MAT, MINPLAN e MASFAMU devem chegar a um entendimento sobre este assunto;
- ✓ Garantir a efectiva funcionalidade do CSU por via da articulação entre os diferentes sectores e entidades e actualização permanente;
- ✓ Para uma melhor actualização, cada sector deverá desenvolver indicadores de seu interesse com importância para a protecção social.
- ✓ Unificar o Cadastro, passando a ser gerida por uma única Entidade, previamente fortificado na sua dimensão institucional a todos os níveis (central, provincial, municipal).

Principais riscos

- ✓ A insuficiente cobertura da rede bancária. As entidades governamentais devem servir de interlocutores junto dos bancos comerciais, para advogar a favor do programa KWENDA relativamente à facilitação da bancarização dos beneficiários;
- ✓ Engajar os governos locais nas questões de acessibilidade e cobertura da telefonia móvel, com vista a facilitar a expansão do KWENDA;
- ✓ Salvar a integridade física dos técnicos a ser envolvidos nas operações do KWENDA nos municípios urbanos.

4.2. Resumo das necessidades das partes interessadas do projeto e métodos, ferramentas e técnicas para engajamento das partes interessadas

Diferentes métodos de envolvimento são propostos e cobrem diferentes necessidades das partes interessadas: Entrevista semiestruturada e individual, Grupos Focais com guiões adaptados ao grupo, Fórum, Consultas as Comunidades, visitas ao local e outros.

Tabela 4: Resumo das necessidades, métodos e ferramentas para o engajamento das Partes Interessadas (PI)

Partes Interessadas	Características chave	Necessidades de específicas (línguas, outras)	Meios de notificação preferidos	Mensagens chave
Deputados e Governantes dos Departamentos Ministeriais, Governos Provinciais envolvidos	Assembleia Nacional Comissão intersectorial Departamentos Ministeriais		Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	Demonstrar na prática a viabilidade e relevância da abordagem Transferências Sociais Monetárias não contributivas, enquanto mais um instrumento eficaz de inclusão social, realização de direitos sociais e económicos e operacionalização da Política Nacional de Acção Social, como efeito multiplicador. - O que é o CSU? Quais os benefícios? Estratégia de implantação do CSU
Autoridades governativas locais	O Administrador Municipal e o seu elenco, as autoridades tradicionais, supervisores dos ADECOS, líderes de opinião (professores, enfermeiros, empresários, parceiros tradicionais, líderes políticos, cívicos e religiosos), membros das comissões de moradores, etc. São eles que têm o papel de dirimir os conflitos nas comunidades e/ou mobilizá-la nos seus esforços de desenvolvimento nos vários domínios. Nessa condição têm também o poder de veto, podendo efectivamente diminuir ou bloquear o impacto daquelas iniciativas das quais desconfiem ou não estejam de acordo.		Eventos de advocacia Debates radiofónicos e televisivos Publicações Comunicação institucional	<u>Uma abordagem comunicacional específica que:</u> - os transforme em aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção de governação; - Consolidar as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança; - Advogar para que as acções do Projecto e a integração socioeconómica das famílias beneficiárias sejam parte do Plano de Desenvolvimento Municipal

				- O que é o CSU; Quais os benefícios; Estratégia de implantação do CSU
Pessoas com necessidades específicas (idosos, pessoas com deficiência, doentes crónicos) e expostas a choques	Pessoas que se encontram numa condição de vulnerabilidade agravada pela sua condição de saúde, idade e/ou pela sua exposição a choques (climáticos, sociais e económicos.	Uso de línguas locais	Encontros de esclarecimento com as pessoas elegíveis e não elegíveis	- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do Governo de Angola. - Promover um diálogo que esclareça dúvidas e melhore o entendimento sobre o Programa e critérios de elegibilidade - O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU
As famílias e comunidades beneficiárias do Programa são parte dos últimos escalões dos quintil mais vulnerável.	- Pessoas que pela sua condição social têm pouco acesso aos recursos mínimos necessários para a sua sobrevivência. No que respeita à Comunicação, essa inacessibilidade traduz-se em pouco ou contacto com os órgãos de comunicação mediados, no sentido tradicional do termo (rádio, televisão, jornais, media digital, etc.). A sua condição de vulnerabilidade remete-os ao uso, quase exclusivo, de meios de comunicação interpessoais. - A população dedica-se à actividade agrícola e/ou pecuária e comércio informal. -Aproximadamente um quarto da população adulta (taxa de alfabetismo da população adulta em 2014, 66,03%) de Angola não lê e não escreve ² , e muitos cidadãos falam apenas línguas locais. - Cobertura da rádio nacional de Angola (RNA) a todo o país (sedes municipais e algumas aldeias)	Uso de línguas locais As actividades de campo deverão ser previamente concertadas As reuniões agendadas com as comunidades, deverão ocorrer em horários que não afectem a sua rotina diária.	Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias Dramatização Visitas domiciliare Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)	- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do Governo de Angola. - Promover um diálogo comunitário que elimine os factores de vulnerabilidade e aumente, por via do potenciamento de conhecimentos, atitudes e práticas que facilitem o acesso das famílias beneficiárias a recursos que as ajudem a sair da linha da pobreza. - O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU
Mulheres gestantes e famílias com crianças dos 0 a 5 anos	- Pessoas que pela sua condição social têm pouco acesso aos recursos mínimos necessários para manter uma dieta alimentar saudável.	Uso de línguas locais As actividades de campo deverão ser previamente concertadas As reuniões agendadas com as comunidades, deverão ocorrer em horários que não afectem a sua rotina diária.	Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS Encontros de discussão com as famílias beneficiárias e não beneficiárias Dramatização Visitas domiciliare Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)	- Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias vulneráveis do Governo de Angola. - Promover um diálogo comunitário que contribua para a adesão as consultas de rotina e hábitos de alimentação saudável pelas mulheres gestantes e crianças dos 0 a 5 anos - O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU
As famílias não elegíveis	São aquelas que não beneficiam directamente do Projecto e são susceptíveis de sentimentos de exclusão e discriminação que é necessário esbater, principalmente tendo em conta que muitas delas estão também em condições de	Uso de línguas locais - varia de uma aldeia para outra	Rede comunitária -líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e ADECOS Encontros de discussão com as famílias	- Sensibilizar para que contribuam positivamente para o seu sucesso Projecto e não se constituam num elemento perturbador;

² Angola Taxa de Alfabetismo, adultos, 1960-2021 - knoema.com

	vulnerabilidade, embora não tão acentuada como as beneficiárias directas. Dali que é necessária uma acção de comunicação específica, que tem sido feita com apoio dos ADECOS, para que elas não só não se constituam num elemento perturbador das actividades do Projecto, como contribuam positivamente para o seu sucesso. Levar as famílias não elegíveis a compreender que o projecto vem apoiá-las no cuidado das famílias mais vulneráveis e que o processo trás recursos externos que ficam na comunidade e geram benefícios para todos das comunidades (inclusão produtiva, geração de renda e empoderamento das famílias).	As actividades de campo serão previamente concertadas As reuniões agendadas com as comunidades deverão ocorrer, em horários que não afectem a sua rotina diária.	beneficiárias e não beneficiárias Dramatização Visitas domiciliare Retro alimentação a nível comunitário (método de observação)	- Ressaltar os benefícios indirectos para a comunidade em geral com a eliminação dos níveis de maior pobreza, na medida em que as famílias mais vulneráveis acabam, de uma ou de outra forma, constituindo um "peso" para o resto da comunidade. - O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU
Minorias étnicas desfavorecidas (Khoisan, Vatwa e outros)	Cultura e língua distintas, frequentemente marginalizadas pela Sociedade	Idiomas locais, variando de um grupo para outro Os San dominam as línguas nacionais faladas pelos povos vizinhos	Meios culturalmente apropriados de notificação - provavelmente através de um intérprete comunitário (autoridades tradicionais, ADECOS, líderes de influência (religiosos, enfermeiro, professor, etc.) e as ME (San, Vatwa)	- O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU - Explicar que o Projecto se enquadra na Estratégia de Protecção Social de famílias e grupos vulneráveis do Governo de Angola - Práticas culturais distintas implicam necessidades específicas - a serem identificadas no Quadro de Política das Minorias Etnolinguísticas (QPME)
Lideranças Comunitárias (Comissões de moradores, autoridades tracionais)	- Formas de organização com algum poder de influência nas comunidades. - As Comissões de moradores são, com mais frequência, encontradas nos municípios urbanos e periurbanos	Podem-se encontrar pessoas com fluência em língua portuguesa, sendo sempre necessário o uso de línguas locais	Encontros de discussão com as lideranças comunitárias	- Potenciar as lideranças comunitárias, para que se transforme em aliados e, nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção de dirimir os conflitos na comunidade, se constituam aliados do Projecto. - Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança. - O que é o CSU? Quais os benefícios? Quando será feito o cadastramento para o CSU
Sociedade e líderes de opinião de nível nacional e internacional	Consideram-se como parte deste grupo os órgãos de comunicação social nacionais e estrangeiros, incluindo os líderes de opinião que nela intervêm, os órgãos centrais de instituições relevantes, partidos políticos, agências bilaterais, multilaterais e corpo diplomático.	Fluência em língua portuguesa, sendo útil o recurso a algumas línguas estrangeiras (inglês, francês, espanhol)	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	Demonstrar na prática a viabilidade e relevância da abordagem do Programa, enquanto mais um instrumento eficaz de inclusão social por efeito multiplicador.
ONG's, OCB's, OBF's	Consideram-se parte deste grupo: ONGs, geralmente com representações nas capitais de províncias, mas com intervenções de base comunitária que não fazem a cobertura total da província ou até mesmo de um município.	Os seus representantes e técnicos falam fluentemente a língua portuguesa e dominam as línguas nacionais locais	Eventos de advocacia Missões de media ao terreno Peças veiculadas nos MCS Debates radiofónicos e televisivos Publicações	- O que é o CSU? Quais os benefícios? Estratégia de implantação do CSU; Quando será feito o cadastramento para o CSU.

	<p>- Organizações de base comunitária, geralmente com algum poder de influência junto das autoridades locais (Administração Municipal, autoridades tradicionais) e junto das comunidades;</p> <p>- Ambas estão vocacionadas para a acção social em prol das comunidades em que estão implantadas, podendo ser potenciais parceiros para algumas iniciativas do Programa (desenvolvimento do capital humano).</p>	Podem-se encontrar pessoas com fluência em língua portuguesa, sendo sempre necessário o uso de línguas locais	Rede comunitária, rádio, Comunicação Institucional (nos casos em que sejam prestadores de serviços no âmbito do desenvolvimento do capital humano)	
ADECOS	<p>- Pessoas eleitas pelas comunidades que têm a responsabilidade de fazer o interface entre os agregados familiares, as instituições locais (Administração Municipal, CASI) e a equipa do Programa</p>	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Rede comunitária, rádio, telefone, convocatória	<p>Sendo um interlocutor chave no projecto é importante proporcionar-lhes um profundo domínio sobre as abordagens do Projecto, padrões de conduta, para que se constituam em canais de comunicação.</p>
Prestadores de serviços de pagamentos	<p>Consideram-se parte deste grupo:</p> <p>1. Agências bancárias e de telefonia móvel - entidades com capacidade para prestar os serviços, devidamente autorizadas pelo Banco Nacional de Angola ou pela entidade pública de licenciamento de telefonia móvel, para o exercício das suas actividades e com existência legal no território da República de Angola.</p> <p>2. Agentes locais de pagamentos – entidades locais (correspondentes bancários, comerciantes/empresários locais) – entidades com capacidade (humana, financeira, modalidade, segurança), idoneidade para fazer a entrega em numerário aos agregados familiares.</p>	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Comunicação institucional	<p><u>Uma abordagem comunicacional específica que os transforme em:</u></p> <p>- Aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção, adoptando os padrões de conduta vigentes no projecto;</p> <p>- Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, credibilidade e confiança</p>
Agentes da Ordem Pública	Entidade que salvaguarda a segurança da equipa do projecto e dos agregados familiares durante o processo de pagamento.	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local	Uma abordagem comunicacional específica que os transforme em aliados dos objectivos do Projecto, seja nos seus pronunciamentos públicos, bem como na sua acção, adoptando os padrões de conduta vigentes no Programa	<p>- Garantir que a comunicação consolide as relações de colaboração, empatia, confiança e sentido de responsabilidade</p>
Sociedade em geral	População residente em todo o território nacional, independentemente da sua condição social	Comunicam com alguma fluência em língua portuguesa e falam fluentemente a língua local mais faladas	Uma abordagem comunicacional específica que os transforme em aliados dos objectivos do CSU	<p>- O que é o CSU? Quais os benefícios de integrar o CSU? Necessidade de actualizar os dados periodicamente? Quem fará o cadastramento para o CSU? Envolvimento da comunidade no processo</p>
ENFOTSS	Escola Nacional de Técnicos do serviço social, actualmente responsável pela formação e certificação dos ADECOS. A ideia é reforçar a capacidade técnica e metodológica da escola para melhor responder à demanda do serviço social.		Eventos de advocacia Missões de media	<p>- Informar os Governos Provinciais sobre a importância de investir no reforço das capacidades dos técnicos sociais</p> <p>- Incentivar os técnicos a aderirem às formações</p>

4.3 Plano de Envolvimento das Partes Interessadas

Tabela 5: Estratégia para consulta das Partes Interessadas

Estágio do Projecto	Tópico para consulta	Método usado	Calendário (localização, data)	Partes Interessadas alvo	Responsabilidades
Fase de Preparação	<p>Informar a relevância e a pertinência da nova fase do Projecto – KWENDA II;</p> <p>Registrar os pontos de vista e percepções das PIAs ou com interesse no Projecto, que podem acrescentar valor à iniciativa, prevenir possíveis impactos negativos e ajudar a melhorar o desempenho do Projecto</p> <p>Levar a que as pessoas compreendam seus direitos e responsabilidades em relação ao Projecto</p>	<p>Entrevistas/inquéritos face a face</p> <p>Grupos Focais</p> <p>Reuniões de consulta pública</p>	<p>Cabinda, Cuando Cubango, Cunene, Huíla, Luanda, Huíla, Namibe</p> <p>Março-Abril 2024</p>	<p>Departamentos Ministeriais</p> <p>Governos Provinciais</p> <p>Administrações Municipais</p> <p>Agências das Nações Unidas</p> <p>Organizações da Sociedade Civil (OSC)</p> <p>Comunidades expostas a choques</p>	MAT, IDL-FAS
Fase de Implementação	Dessiminação de informação sobre os objectivos e componentes que integram o Projecto, processos e actividades complementares	Eventos públicos, rádio, televisão, redes sociais	<p>Províncias, municípios alvo do Projecto</p> <p>2025 a 2030</p> <p>(Frequência semestral e sempre que iniciar uma nova actividade)</p>	<p>Público em geral, agências governamentais, comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores.</p>	IDL e suas representações provinciais
	Dessiminação da informação sobre a componente de capital humano, sobre o processo e actividades complementares	Eventos públicos, rádio, televisão, redes sociais	<p>Províncias, municípios alvo da componente de capital humano</p> <p>2025 a 2030</p>	<p>Público em geral, agências governamentais, comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores.</p>	FAS-IDL e suas representações provinciais
	Dessiminação de informação sobre o Cadastro Social Único (CSU), sua importância, quem se deve cadastrar no CSU, papel dos diferentes actores, cronograma de implementação	Eventos públicos, rádio, televisão, redes sociais	<p>Cobertura nacional</p> <p>2025 a 2030</p>	<p>Público em geral, agências governamentais, comunidades e governos locais, prestadores de serviços de pagamentos, ONGs, autoridades tradicionais, comissões de moradores.</p>	MASFAMU GASFIG

As informações serão divulgadas da seguinte forma: O PEPI e outros documentos ambientais e sociais relevantes do projecto (como o Plano de Compromisso Ambiental e Social e o Plano de Gestão Ambiental e Social, entre outros), serão publicados no site do FAS-IDL (existentes ([FAS | Instituto de Desenvolvimento Local \(fasangola.com\)](http://fas.instituto.org)), assim com os documentos relevantes do

projecto e o Mecanismo de Gestão de Reclamações (SEPEREC). Ainda, serão elaboradas brochuras em português e traduzidas para as diferentes línguas nacionais e serão passados anúncios nas rádios locais e outros meios de comunicação social. Será usado o português como língua oficial e outras línguas nacionais reconhecidas em Angola.

4.4 Feedback às Partes Interessadas

O FAS-IDL e o MASFAMU, através dos canais de comunicação existentes ([FAS | Instituto de Desenvolvimento Local \(fasangola.com\)](#) e <https://masfamu.gov.ao/ao/>), irão informar as PIAs, mostrando como as suas contribuições e preocupações foram abordadas, bem como explicarão as razões da não inclusão. As PIAs devem estar informadas de que, em caso de insatisfação, podem usar os mecanismos de gestão de reclamações do Projecto (SPEREC) para apresentar queixas relacionadas aos impactos ou, em relação ao processo de consulta e envolvimento implementado pelo Projecto.

Serão elaborados relatórios sobre o desempenho ambiental e social do projecto e a implementação do plano de envolvimento das PI.

V RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS

5.1 Recursos

O envolvimento das PI requer recursos adequados a serem realizados. Um total estimado de US\$ 1.540,000 por ano será necessário para a implementação das actividades do PEPI (ver Tabela nº 6, abaixo). O orçamento abaixo não inclui os salários do pessoal designado, sujeito a revisão e ajuste, com base nas necessidades de consulta identificadas durante a implementação.

Tabela 6: Orçamento Anual Estimado IDL-FAS

Nº	Actividades chave	Quant.	Orçamento Total (2025-2029)			
			ANO I	ANO II	ANO III	ANO IV
1	Anúncios Jornais, Radio, TV	80	30.000	30.000	30.000	30.000
2	Reuniões de consulta (eventos, impressão, blocos de apontamentos, refrescos, etc.)	40	150.000	150.000	150.000	150.000
3	Melhoria do sistema de gestão de reclamações (formulários, formação e acompanhamento dos pontos focais) e estratégia de divulgação do SPEREC e smartphones	10	100.000	100.000	100.000	100.000
4	Comunicação e sensibilização	Montante Fixo	300.000	300.000	300.000	300.000
5	Formação equipas provinciais, entidades parceiras e comunidades (inclui materiais da formação, aluguer de sala, lanche e deslocação da equipa)	20	35.000	35.000	35.000	17.500
6	Formações especialistas Ambiental e Social	4	25.000	25.000	25.000	0.00
7	Visitas de campo (perdiem, Transporte)	Montante fixo	150.000	150.000	150.000	150.000
8	Contingências	Montante fixo	55.000	55.000	55.000	55.000
Total (Ano)			845.000	845.000	845.000	802.000

5.2. Funções e responsabilidades de gestão

A implementação bem sucedida do PEPI requer a nomeação de pessoal que assumirá responsabilidades de implementação e gestão do mesmo. A implementação do PEPI será partilhada entre o FAS-IDL e o MASFAMU. No âmbito do PEPI, o FAS-IDL implementará todas as actividades relacionadas com as Componentes 1 e 4 e as subcomponentes 2A e 3A, enquanto o MASFAMU implementará as actividades referentes às subcomponentes 2B e 3B. No que se refere à componente 2, uma vez que a Componente 2 será implementada conjuntamente pelo MASFAMU e pelo FAS-IDL, será criada uma Comissão de Coordenação de Projecto (PCC), devendo em princípio ser desenvolvida uma estratégia de comunicação específica para esta componente.

5.2.1 Funções e responsabilidades do FAS-IDL

Dentro do FAS-IDL, enquanto entidade que coordena a implementação do KWENDA II, um responsável pelas normas sociais terá a responsabilidade de coordenar as actividades do PEPI, em articulação com a área de comunicação.

5.2.2 Funções e responsabilidades do MASFAMU

O MASFAMU nomeará uma equipa focal dentro do ministério para implementar esta componente e será apoiado por um oficial de operações e assistência técnica em matéria de aquisições, gestão financeira e questões ambientais e sociais. O oficial de operações para as questões sociais e ambientais terá, de entre outras, a responsabilidade de coordenar as actividades do PEPI, referentes à implementação das subcomponentes de sua responsabilidade, em coordenação com a área de comunicação da referida instituição.

As actividades de envolvimento das PI serão documentadas por meio dos relatórios trimestrais sobre a implementação das NAS e actas específicas sobre as diferentes actividades.

VI MECANISMO GESTÃO DE RECLAMAÇÕES (SPEREC)

No âmbito da implementação do PFPS-KWENDA foi criado o SPEREC) – Mecanismo de Gestão de Reclamações com a finalidade de estabelecer os canais de comunicação adequados entre a Coordenação do Projecto e as PI, nomeadamente: fornecedores, prestadores de serviços, parceiros, beneficiários e pessoas interessadas, reduzindo assim riscos e oferecendo aos utentes um caminho para manifestar as suas preocupações, conseguir soluções, mas também terem a possibilidade de participar e fazer elogios, promovendo uma relação mutuamente construtiva, de confiança com vista a: (i) prestar esclarecimentos aos utentes em cada uma das etapas dos Projectos; (ii) fazer o registo adequado das queixas e reclamações relacionadas com o Projecto; (iii) assegurar que as queixas e reclamações sejam eficientemente direccionadas, tratadas e efectivamente respondidas e; proporcionar um espaço no qual os interessados tenham a possibilidade de participar e emitir opiniões e sugestões, ajudando assim a aprimorar o desempenho dos Projectos. O SPEREC será adaptado para continuar a ser implementado no âmbito do KWENDA II.

Além disso, o SPEREC prevê medidas para lidar com reclamações sensíveis e confidenciais, incluindo aquelas relacionadas com a Violência Baseada no Género (VBG) e a Exploração e Abuso Sexual/Assédio Sexual (EAS/AS) de acordo com a Nota de Boas Práticas ESF do Banco Mundial sobre EAS/AS e com o que está oficialmente previsto. O SPEREC tem estabelecido protocolos e procedimentos específicos para o tratamento de casos de VBG/EAS/AS relacionados com o projecto. Estes procedimentos são confidenciais e o projecto conta com um mapeamento dos provedores de serviços para supervenientes (legais, médicos e psico-sociais) que é supervisionado e actualizado pela especialista social e de género do projecto, capacitada especialmente para o acompanhamento deste tipo de casos. As reclamações podem ser apresentadas de forma anónima (tanto para casos de VBG/EAS/AS como qualquer outro tipo de reclamação).

O SPEREC tem como principais pontos de entrada o ADECOS, os CASI, além de 19 linhas de atendimento telefónico e os dados das reclamações são lançados na plataforma no Kobotoolbox. Até ao 1º trimestre de 2024, o SPEREC recebeu um total de 150.510 reclamações das quais 76,41% (115.005) já foram tratadas.

O SPEREC fornece também um processo de apelação se o reclamante não estiver satisfeito com a resolução proposta para a reclamação. Uma vez que todos os meios possíveis para resolver a reclamação tenham sido propostos e se o reclamante ainda não estiver satisfeito, ele deve ser informado sobre seu direito de recurso legal. O Banco Mundial e o Governo de Angola, na condição de Mutuário, não toleram represálias e retaliações contra as PI do Projeto que compartilham suas opiniões sobre o Projeto.

As comunidades e os indivíduos que se considerem negativamente afectados por um projecto apoiado pelo Banco Mundial podem fazer recurso aos mecanismos de reclamação existentes a nível do projecto ou ao Serviço de Reparação de Reclamações (GRS, *pelas suas siglas em inglês*) do Banco. O GRS assegura que as reclamações recebidas são prontamente analisadas, a fim de resolver as preocupações relacionadas com o projecto. As comunidades e indivíduos afectados pelo projecto podem também apresentar as suas reclamações ao Mecanismo de Responsabilização (AM, *pelas suas siglas em inglês*) independente do Banco. O AM alberga o Painel de Inspeção, que determina se ocorreram, ou poderão ocorrer, danos em resultado do não cumprimento pelo Banco das suas políticas e procedimentos, e o Serviço de Resolução de Litígios, que dá às comunidades e aos mutuários a oportunidade de tratar das reclamações através da resolução de litígios. As reclamações podem ser apresentadas ao AM em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas directamente ao conhecimento da Administração do Banco e depois de a Administração ter tido a oportunidade de responder.

Para obter informações sobre como apresentar queixas ao Serviço de Resolução de Reclamações do Banco (GRS), visite <http://www.worldbank.org/GRS>.

Para informações sobre como apresentar reclamações ao Mecanismo de Responsabilização do Banco, visite <https://accountability.worldbank.org>

6.1 Descrição do SPEREC

Etapa	Descrição do processo	Período	Responsabilidades
Estrutura de implementação do SPEREC	A SPERECdo KWENDA II tem uma estrutura de implementação a vários níveis (Nacional, provincial, municipal, bairro/aldeias); Para a recolha e tratamento das reclamações foi criada uma plataforma no Kobocollect (SPEREC) para registo e acompanhamento do fluxo de tratamento das mesmas;	Ao longo do ciclo de vida do Projecto	-Registo de dados (ADECOS, CASI, DMAS) e Operadores das linhas de atendimento (provincial e central); -Revisão de dados e referenciamento (representações provinciais do FAS) - Análise e tratamento de dados, monitoria do número de casos tratados e em tratamento, sistematização da informação (área de salvaguardas do IDL-FAS).
Recepção de queixas	As queixas podem ser enviadas através dos seguintes canais: <ul style="list-style-type: none"> • ADECOS • CASI • Direcção Municipal da Acção Social (DMAS) • Linhas telefónicas do FAS (Ver o listado completo no Anexo 4) Casos de VBG: <ul style="list-style-type: none"> • CASI • DMAS • Serviços de Investigação Criminal (SIC) • Linhas de atendimento do MASFAMU 	Ao longo do ciclo de vida do Projecto Os casos de VBG devem ser reportados ao BM em até 24 horas	- <u>Receptores das reclamações</u> : Pontos focais locais [ADECOS, CASI ou as DMAS]; - <u>Casos VBG</u> : <ul style="list-style-type: none"> • Representações provinciais IDL-FAS • Área de salvaguardas • Banco Mundial
Classificação e processamento	Qualquer reclamação recebida pelos ADECOS, CASI ou DMAS e registada no SPEREC com base num qualificador (Cadastramentos, erros de exclusão e inclusão, selecção de bairros/aldeias, pagamentos, ética e VBG). As representações do IDL-FAS procedem à revisão de dados, encaminhamentos e/ou tratamento dos casos que tenham resolução a nível local; a área de salvaguardas do IDL-FAS procede ao encaminhamentos dos casos que não tenham solução local para as área correspondentes (pagamentos, cadastramento)	Até 5 dias após a recepção da queixas (solução local) Até 15 dias após a recepção (solução central)	-Pontos focais locais de reclamação; - Representações provinciais do IDL-FAS; - Área de salvaguardas do IDL-FAS.
Acompanhamento	As reclamações que não tenham um tratamento imediato são acompanhadas pelas representações provinciais do IDL-FAS e o queixoso é informado regularmente sobre o estado de avanço.	Dois dias após a recepção	Pontos focais locais de reclamação
Verificação, investigação, acção	A investigação da queixa é conduzida pela representação provincial do IDL-FAS e supervisionada pela área de salvaguardas; uma proposta de resolução é formulada pelo IDL-FAS (provincial) e comunicada ao queixoso.	Até 10 dias após a data de recepção	Comissão de reclamações composta pelo responsável do Departamento Provincial do IDL-FAS e um representante do CASI ou DMAS
Monitoria e avaliação	Os dados sobre as reclamações são recolhidos semanalmente, inseridos no SPEREC e reportados ao BM num relatório trimestral.	De três em três meses	Área de salvaguardas do IDL-FAS

Etapa	Descrição do processo	Período	Responsabilidades
Fornecimento e feedback	De modo regular serão realizadas consultas aos utentes do SPREC para Recolher as suas opiniões em relação à sua satisfação com a resolução das reclamações/queixas). Estas podem ser realizadas por via de grupos focais ou via telephone.	De três em três meses	Área de salvaguardas do IDL-FAS
Capacitação	As necessidades de formação do pessoal/consultores da UIP, dos contratantes e dos consultores de supervisão são as seguintes: -Quadro social e Ambiental do BM - Procedimentos de registo das queixas e reclamações no SPREC; -Procedimentos de tratamento dos casos (normais e de VBG); - Procedimentos de análise e tratamento de dados	Duas vezes por ano	Pontos focais Chefes de Departamento Provinciais, técnicos e estagiários do IDL-FAS Equipa de salvaguardas do IDL-FAS (central)

6.2 Mecanismo Participação e Reclamações dos Trabalhadores (MPRT)

Em conformidade com o Quadro Ambiental e Social (QAS) do BM, está a ser implementado um Mecanismo de Participação e Reclamações do Trabalhadores (MPRT) para os trabalhadores directos e contratados pelo FAS-IDL apresentarem as suas reclamações relacionadas com os termos e condições de trabalho, que é gerido pelo departamento de Recursos Humanos, garantindo a confidencialidade das reclamações. As informações relevantes sobre este mecanismo devem ser disponibilizadas ao longo da duração do Projecto de maneira clara, compreensível e acessível aos trabalhadores. Todas as reclamações relacionadas com EAS/AS serão tratadas e resolvidas através um mecanismo e um procedimento independente a fim de garantir o respeito dos princípios orientadores, confidencialidade e a segurança das partes envolvidas.

Em caso de insatisfação, os funcionários do IDL-FAS e os consultores associados ao Projecto terão acesso aos mecanismos nacionais de gestão de reclamações do Governo de Angola, isto é órgão de superintendência do IDL-FAS, Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPTESS) ou ao Tribunal do Trabalho.

VII MONITORIAMENTO E RELATÓRIOS

7.1. Resumo de como a implementação do PEPI será monitorada e relatada

A implementação do PEPI será monitorada a partir de relatórios trimestrais, elaborados pela equipa de especialistas ambientais e sociais do Projecto, que reportam o nível de cumprimento das Normas Ambientais e Sociais e os respectivos instrumentos, com um enfoque particular no PEPI e serão monitorados os indicadores pelo FAS-IDL. O MASFAMU deverá fornecer

informações trimestrais sobre as actividades realizadas no âmbito da implementação das subcomponentes sob sua responsabilidade que tenham a ver com o PEPI.

Tabela 7: Indicadores de monitorização das actividades

Actividades PEPI	Indicadores de monitorização
Divulgação de informação	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tempo dispendido (em dias) pela equipa para divulgação de informação; ✓ Orçamento dispendido em actividades de divulgação de informação; ✓ Nº de utentes que aderiram ao site do Projecto e do MASFAMU; ✓ Nº e/ou percentagem de acesso por tipologia de documentos disponíveis para consulta.
Realização de consultas	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Tempo dispendido (em dias) pela equipa para consultas; ✓ Orçamento dispendido em actividades de consulta; ✓ Nº de consultas realizadas; ✓ Nº e percentagem de consultas realizadas por método (reuniões presenciais, reuniões virtuais, grupos focais, entrevistas, workshops, audiências públicas, outros, conforme aplicável); ✓ Níveis de participação nos eventos de consulta realizados (nº total, desagregado por género e grupos vulneráveis).
Integração da visão das PI no Projecto	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Taxa de incorporação das recomendações/sugestões das PI no desenho do Projecto; ✓ Nº de Alterações realizadas no manual de operações do Projecto para integrar contributos recebidas das PI.
Reporte às PI sobre as actividades de envolvimento	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nº de eventos que pressupõem a participação das PI.
SPEREC	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Nº total de reclamações recebidas; ✓ Nº e percentagem de reclamações elegíveis e não elegíveis; ✓ Nº e percentagem de reclamações por categoria (meio ambiente, social, VBG, desempenho do projecto. ✓ Nº e reclamações por estado de atendimento (por exemplo, reconhecimento pendente, sob investigação, encerrada, em curso); ✓ Nº de reclamações resolvidas e encerradas dentro do prazo previsto; ✓ Tempo médio (em dias) de resolução/encerramento das reclamações e queixas; ✓ Grau de satisfação (%) dos utentes que registaram reclamações e queixas.

ANEXOS

ANEXO 1: STAKEHOLDERS IDENTIFICADOS

Partes Interessadas Institucionais	Grau de influência nos resultados do Projecto	Grau de Impacto que o projecto vai ter sobre eles	Posição face ao Projecto	Como o Projecto vai poder engajar as Partes Interessadas
	Alto; médio; baixo	Alto; médio; baixo	Apoio; Neutro; Oposição	Temas fundamentais (TF); métodos (M)
Ministra de Estado para os Assuntos Sociais do Presidente da República	Alto	Alto	Apoio	TF: Alta Direcção e coordenação da Comissão técnica intersectorial M: Relatórios, reuniões e encontros de coordenação trimestrais
Ministério das Finanças (MINFIN)	Alto	Alto	Apoio	TF: Ordenador Nacional M: Relatórios, reuniões
Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU)	Alto	Alto	Execução	TF: Cadastro Social Único (CSU) M: Encontros técnicos.
Ministério da Administração do Território (MAT)	Alto	Alto	Apoio	TF: Orientação e Supervisão M: Relatórios, reuniões
FAS-Instituto de Desenvolvimento Local	Alto	Alto	Apoio	TF: Implementação do Projecto M: Encontros de coordenação, Workshops, entrevistas, grupos focais
Ministério do Interior/ Comissão Nacional de Protecção Civil e Bombeiros	Alto	Alto	Apoio	TF: Resposta a choques M: Encontros de coordenação
Ministério da Economia e Planeamento	Médio	Baixo	Apoio	TF: Plano de Desenvolvimento Nacional, Monitoria M: Relatórios, provimento de dados, encontros
Instituto Nacional de Estatística (INE)	Médio	Médio	Apoio	TF: Mapas de pobreza, registo dos Agregados Familiares M: Encontros, Workshops
Ministro da Justiça e Direitos Humanos	Médio	Médio	Apoio	TF: Acesso a documentos de identificação M: Encontros de coordenação
Ministério da Administração Pública Emprego e Segurança Social (MAPTESS)	Alto	Baixo	Apoio	TF: Trabalho, protecção social M: Encontros, relatórios
Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social	Alto	Alto	Apoio	TF: Comunicação Institucional e Estratégia de Comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios
Ministério da Saúde	Médio	Alto	Apoio	TF: Serviços e campanhas de saúde M: Encontros de coordenação
Ministério da Educação	Alto	Alto	Apoio	TF: Serviços educativos, bolsas para jovens raparigas M: Parceria, encontros de coordenação
Ministério da Cultura	Alto	Médio	Apoio	TF: Coordenação nas áreas do património cultural, da criação artística e literária da acção cultural da investigação científica no domínio da história das línguas nacionais e da cultura M: Encontros de coordenação
Ministério da Defesa Nacional	Médio	Baixo	Apoio	TF: Segurança das populações; apoio no processo de cadastramento e pagamentos

				M: Encontros de coordenação
Ministério do Ambiente/Secretário de Estado para o Ambiente				TF: Protecção, preservação e conservação da qualidade ambiental, controlo da poluição, áreas de conservação e valorização do património natural M: Relatórios, Workshops
Ministério da Agricultura e Florestas	Alto	Baixo	Apoio	TF: Intervenção nas zonas rurais, inclusão produtiva M: Encontros de coordenação, assistência técnica
Banco Nacional de Angola (BNA)	Alto	Alto	Apoio	TF: Normatização M: Encontros de coordenação
Banco Mundial	Alto	Alto	Apoio	TF: Normatização, captação de fundos M: Relatórios, encontros de coordenação, monitorização
Partidos Políticos com Assento no Parlamento	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Missões de deputância M: Visitas de constatação, encontros periódicos
Escola Nacional de Formação de Técnicos do Serviço Social (ENFOTSS)	Médio	Alto	Apoio	TF: Cooperação, formação supervisores e ADECOS M: Formação/certificação
Governos Provinciais	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação provincial, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva, acesso a serviços sociais básicos e protecção social (serviços de proximidade) M: Encontros de coordenação, relatórios, Workshops, materiais de comunicação
Administração Local (Municipal, Comunal)	Alto	Alto	Apoio	TF: Coordenação municipal, registo e inscrição dos beneficiários, inclusão produtiva (selecção das actividades em conjunto com os beneficiários), CASIs, serviços de saúde e educação, comunicação M: Encontros de coordenação, relatórios, Workshops, materiais de comunicação
Departamentos Provinciais do FAS_IDL	Alto	Alto	Apoio	TF: Implementação do Projecto M: Encontros de coordenação, Workshops, entrevistas, grupos focais
Bancos comerciais, Agências de Pagamento, correspondentes bancários, comerciantes locais envolvidos ou não em pagamentos a beneficiários	Alto	Alto	Apoio	TF: Operações de pagamento a beneficiários M: Encontros de coordenação estratégica/técnica, relatórios
Agências das Nações Unidas (OIT, UNICEF)	Alto	Médio	Apoio	TF: Cooperação/Parceria M: Encontros, relatórios, capacitação
Agências das Nações Unidas (FNUAP, PNUD, PAM)	Baixo	Baixo	Apoio	TF: Cooperação M: Encontros, relatórios
Organizações não-governamentais (ONGs) e igrejas operando em nível nacional, provincial e local	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Agências de implementação da IP M: Encontros, relatórios, monitoria
Meios de comunicação (MCS)	Alto	Médio	Apoio/Oposição	TF: Experiências de outros países, comunicação estratégica do Projecto, divulgação de resultados M: Media breafing, Workshops, documentários
Instituições Académicas	Alto	Baixo	Apoio/Oposição	TF: Cooperação/estágios comunitários M: Encontros, relatórios, orientação de estágios

Fazedores de opinião	-	Alto	Apoio/Opinião	TF: Mobilizar adeptos para a causa do Projecto, recolher opiniões/sugestões de melhoria, críticas M: Encontros, Workshops, visitas de constatação
Influenciadores locais (Catequistas, Pastores, etc.)	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Mobilizar adeptos para a causa do Projecto, recolher opiniões/sugestões de melhoria, críticas M: Encontros, Workshops, visitas de constatação
Associações/ Cooperativas de Produção	Alto	Alto	Apoio	TF: Forma de organização, necessidades específicas M: Encontros, financiamento, assistência técnica
ADECOS	Alto	Alto	Apoio	TF: Cadastramento dos AF, diálogo comunitário, acompanhamento/referenciamento dos AF para serviços, registo das reclamações M: Encontros, capacitação, monitoria/assistência técnica
Autoridades Tradicionais (sobas)	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registo das famílias (TSM, IP), sensibilização M: Encontros de coordenação, grupos focais, materiais de comunicação, capacitação
Comissões de moradores	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registo das famílias (TSM, IP), sensibilização M: Encontros de coordenação, grupos focais, materiais de comunicação, capacitação
Beneficiários	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registo e selecção de beneficiários, montante, duração e frequência de pagamentos, capital humano, inclusão produtiva M: Diálogo comunitário, informação e educação, capacitação e assistência técnica, materiais de comunicação
Grupos etnolinguísticos minoritários (San, Vatwa)	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registo e selecção, montante, duração e frequência de pagamentos, capital humano, inclusão produtiva M: Diálogo comunitário, informação e educação, capacitação e assistência técnica, materiais de comunicação
Indivíduos com necessidades específicas	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registo e selecção, montante, duração e frequência de pagamentos, capital humano, inclusão produtiva M: Diálogo comunitário, informação e educação, capacitação e assistência técnica, materiais de comunicação
Indivíduos e famílias expostos a choques (económicos, sociais, ambientais)	Alto	Alto	Apoio/Oposição	TF: Registo e selecção, montante, duração e frequência de pagamentos, capital humano, inclusão produtiva M: Diálogo comunitário, informação e educação, capacitação e assistência técnica, materiais de comunicação

ANEXO 2: SÍNTESE DOS ENCONTROS COM AS PIAS NO PROCESSO DE PREPARAÇÃO DO PROJECTO (MARÇO-ABRIL DE 2024)

PRINCIPAIS ANÁLISES, PREOCUPAÇÕES/CONCLUSÕES	
Actividade 1: DEPARTAMENTOS MINISTERIAIS	TOTAL PARTICIPANTES:10 Homens (8); Mulheres (2)
	Participantes: MAT (6); MED (1), MINAGRIF (1), MINPLAN (1), MASFAMU (1)
<ul style="list-style-type: none"> ✓ A intersectorialidade é fundamental para manter os resultados obtidos pelo KWENDA. Esta permitirá a partilha de dados e informação instituições/Programa e a complementaridade das acções (INE, Justiça, outros Programas); ✓ A sustentabilidade do KWENDA é fundamental e passa pela atribuição de uma quota financeira do OGE. As componentes que o KWENDA apresenta abrem caminhos para a sua conformação como Programa; ✓ As novas componentes do KWENDA de resposta a choques e emergências são importantes, entretanto alertam para a importância de se apostar na busca de soluções sustentáveis para lidar com a seca/estiagem e cheias; ✓ Em relação à expansão urbana, a selecção dos beneficiários merece algum cuidados devendo o FAS explorar metodologias que têm sido utilizadas por outros sectores/parceiros (Por exemplo, o Inquérito de vulnerabilidade do MINAGRI), garantindo o engajamento da Administração Municipal e o ADECOS, uma figura chave neste processo; ✓ Melhorar a comunicação e divulgação do Programa por via da: (i) sistematização, registo de tudo o que o KWENDA está a fazer para gerar conhecimento (estudos, pesquisas, publicações). Uma das formas seria fazer recurso a estudantes que estejam a fazer os seus trabalhos de fim de curso e; (ii) melhorar a comunicação do Programa: Como se a comunicar, comunicar melhor (o quê, quando, a quem); ✓ A existência de um Cadastro Social Único (CSU) irá garantir uma melhor gestão e controlo de beneficiários e garantir sustentabilidade e coordenação da acção social. 	
Actividade 2: Encontro com Fazedores de Opinião Data: 03/04/2024 Local de realização: Luanda/ Instituto de Desenvolvimento Local-FAS PARTICIPANTES: 7 (4 homens; 3 mulheres)	(DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO) - SM (Fórum das Mulheres Jornalistas); KA (UNICEF)- CP (FAO); JN (Consultor); MG (Jornalista); - SC (Jornal o País); MVD, Jornalista (O Telegrama)
Actividade 3: Encontro com ONGs, Igrejas, Agências das Nações Unidas Data: 02/04/2024 Local de realização: Luanda/FAS-Instituto de Desenvolvimento Local PARTICIPANTES: 4 (3 homens; 1 mulher)	(DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO) PNUD (1); OIT (1) ADRA (1); WORLD VISION (1)
Actividade 4: Consulta Pública parceiros sociais Data/Local: Huíla (10/04/2024) Entidades consultadas: Governo da Província da Huíla, Governo Provincial do Cunene PARTICIPANTES: 15 (10 homens; 5 mulheres)	PARTICIPANTES (DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO) Huíla: FRESAN (PROJECTO CRESCER), FRESAN (INSTITUTO CAMÕES), ACÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL E AMBIENTE (ADRA), (AJAMA), IGREJA EVANGÉLICA CONGREGACIONAL DE ANGOLA (IECA), PROGRAMA ALIMENTAR MUNDIAL (PAM), PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD), DIRECTOR DA EDUCAÇÃO (MUNICÍPIO DE CALUQUEMBE), SECÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CALUQUEMBE.

TOTAL PARTICIPANTES:
Homens (16); Mulheres (9)

As TSM são essenciais, devemos ser nós (país), a nível político, a dar os passos para combater a pobreza com financiamento interno. A sustentabilidade passa pela assumpção do financiamento pelo Governo; Há enormes desafios como, a dimensão do país, a problemática das vias de comunicação, os acessos às pessoas, etc.; deve-se consultar casos de sucessos noutras paragens e encontrar-se caminhos para reduzir ou deixar os pagamentos em cash por causas dos riscos que acarreta;

Há necessidades de se divulgar mais, a nível local (municipal), assuntos específicos sobre Kwenda para desmistificar muitas dúvidas que ainda existem; trazer os elementos que são impactantes nas famílias para que sejam advogados primários destas situações; divulgar mais a Inclusão Produtiva e as facilidades que o CASI dá às famílias; publicar as informações financeiras (resultados das auditorias, fiscalizações e monitorias) para promover a transparência e; estudar os efeitos das TSM para se aferir que beneficiários saíram da linha da pobreza;

A insuficiente cobertura da rede bancária dificulta o acesso ao benefício pelo que as entidades governamentais devem servir de interlocutores junto dos bancos comerciais, para advogar a favor do programa KWENDA relativamente à facilitação da bancarização dos beneficiários.

A institucionalização do KWENDA resulta da aproximação dos serviços técnicos e multisectoriais e não apenas das TSM, podendo o KWENDA ser o caminho para o consenso; é necessário que se clarifique melhor qual o mandato do FAS no combate à pobreza, uma vez que o FAS já conquistou o seu lugar por mérito; A institucionalização deve ser entendida como um processo de continuidade, resumido nos seguintes eixos (reforço de acções em curso, expansão em todo o território nacional, não pode ser fragmentado, mas é importante salvaguardar a sua sustentabilidade, principalmente em termos de finanças públicas, ser assumido pelas administrações locais (por via dos CASI), havendo necessidade de reforçar o quadro de pessoal dos CASI em termos de especialização);

A implementação das Políticas de Protecção Social com uma visão multidisciplinar e ajustada a outros programas de desenvolvimento local, com financiamento garantido pelo Orçamento Geral do Estado (OGE), outros programas paralelos; O Kwenda não resolverá tudo sozinho, deve congrega outros esforços ou parceiros. Deve-se aproveitar as lições para advogar-se junto de instituições onde a protecção social de base deve acontecer para não desperdiçar esforços e recursos; Outros programas de protecção social e de desenvolvimento integrado devem-se procurar implementar, em paralelo com a Fase II.

O Kwenda deve sair das componentes tradicionais e atacar outras áreas para a institucionalização. O número de componentes é bastante e a Inclusão Produtiva passou a integrar o reforço do capital humano, o que é uma combinação difícil; Mais do que pensar nas componentes é fundamental fortalecer as acções; A abordagem de Inclusão Produtiva deve ter uma metodologia que permita evidenciar os resultados reais na vida das famílias. Não se conhecem os resultados da IP em Angola e nisso, o FAS pode fazer a diferença; Mais do que incluir a componente dos choques climáticos, é fazer-se o debate sobre diferenciação do valor em função da localização geográfica; A nova componente de respostas a emergências é pertinente, desde que seja vista na perspectiva do sistema de protecção civil das Administrações Municipais e se faça antecipadamente o cadastramento das famílias em zonas de risco com inundações, estiagens prolongadas, precavendo outras situações menos esperadas, como epidemias e pragas, incêndios, entre outros.

A experiência do KWENDA I pode ser utilizada e adaptada para a zona urbana. Existem desafios de ordem ética, sobretudo como cadastrar pessoas em situação de vulnerabilidade. A figura do ADECOS é uma figura que vai facilitar a entrada do programa nas zonas urbanas. Além disso, as organizações e associações que ajudam no referenciamento de pessoas e grupos específicos e as comissões de moradores que podem ser os potenciais parceiros, uma vez conhecem as pessoas vulneráveis nas suas áreas. Outro desafio da intervenção urbana é a integridade física dos técnicos a ser envolvidos nas operações; Fazer recurso a ONGs, associações ou Unidades Sanitárias e/ou escolas para o referenciamento das pessoas vulneráveis para o Programa, introduzindo um instrumento “o cartão de referenciamento”; O UNICEF considera que o critério mais eficaz para as TSM é o que coloca a criança de 0-5 no foco, uma vez que o impacto na família será maior; fazer recurso à base de dados do INE, sobretudo em Luanda, onde os municípios têm uma densidade populacional elevada e uma complexidade da pobreza e vulnerabilidade e a necessidade de engajamento dos municípios na operacionalização no processo de selecção dos beneficiários; os beneficiários para a zona urbana e periurbana deverão ser: idosos, deficientes incapacitados, pessoas com albinismo em dificuldades, doentes crónicos, mulheres abandonadas com muitos filhos; Implementar, em simultâneo com a intervenção do FAS, o programa do Governo que prevê atribuir subsídios de desemprego a jovens, o que vai permitir diminuir a pressão sobre o FAS.

<p>O CSU deve estar no Ministério mãe da protecção social em Angola e/ou ser gerido por uma única entidade, previamente fortalecida na sua dimensão institucional; O MAT, MINPLAN e MASFAMU devem chegar a um entendimento sobre este assunto; Garantir a efectiva funcionalidade do CSU por via da articulação entre os diferentes sectores e entidades e actualização permanente, podendo cada sector desenvolver indicadores com enfoque na protecção social.</p> <p><u>Desafios para a II Fase:</u> Afinar bem os mecanismos de cadastramento dos beneficiários com estratégias diferenciadas, para a área rural, e urbano e periurbano, revisitando a base de dados da 1 Fase e de outros actores para diminuir o risco de duplo benefício em prejuízo de outros; Com os futuros 325 municípios, lança-se o desafio ao FAS de como concretizar esta focalização; necessidade de redimensionamento dos recursos humanos do FAS para a manutenção, expansão e investimento na criação de sinergias com outras instituições; O KWENDA uniu famílias e o que se pretende é que o novo não ofusque os resultados que já foram alcançados. A diferenciação dentro das comunidades seria o ideal, pensar-se no valor do benefício em função do local.</p>	
<p>Actividade 5: Consulta Pública com o Serviços da Protecção Civil e Bombeiros Data/Local: Huíla/Lubango (09/04/2024); Luanda/Quiçama (10/04/2024); Cunene/Namacunde (18/04/2024) Moçâmedes (12/04/2024)</p>	<p>SERVIÇO PROVINCIAL DE PROTECÇÃO SOCIAL CIVIL E BOMBEIROS (HUÍLA), SERVIÇO MUNICIPAL DE PROTECÇÃO CIVIL E BOMBEIROS (QUIÇAMA, NAMACUNDE, MOÇÂMEDES), PROJECTO FRESAN NAMIBE</p>
<p>TOTAL PARTICIPANTES: 12 Homens (11); Mulheres (1)</p>	<p>LUBANGO (2 homens); QUIÇAMA (1 homem) Cunene (3 homens); Moçâmedes (5 Homens; 1 Mulher - FRESAN)</p>
<p><u>Papel dos SPCB:</u> prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave, catástrofes ou calamidades, de origem natural ou tecnológica e de atenuar ou eliminar os seus efeitos e socorrer e assistir as pessoas e seus bens em perigo quando estas situações ocorram; Dentro das políticas de sustentabilidade e apoio as comunidades vulneráveis nos municípios, as administrações municipais têm um programa de assistência periódica para estas famílias. Existem acções que são apoiadas por algumas ONGS sedeadas na província, com objectivo de mitigar os efeitos destes fenómenos nas comunidades; Para as situações de choques os SPCB funciona como um sistema envolvendo várias instituições parceiros. Em caso de emergência é accionado um alerta e estas instituições dão resposta de acordo com a especificidade da emergência; Uma das ferramentas usadas é a APV (Avaliação Participativa das Vulnerabilidades) que dá início a um processo contínuo de análises que permite chegar a um ponto e dizer se estão ou não em fase de pré-emergência ou emergência; dispõem de equipamentos para recolha de dados e georreferenciação das zonas de risco; Na província do Namibe destacaram o apoio/colaboração com o Projecto FRESAN;</p> <p><u>Zonas vermelhas:</u> Huíla (<i>Gambos, Chibia, Humpata, Quilengues, Chicomba e Jamba</i>); Cunene (<i>Curoca, Cuvelai, Ombandja, Cuanhama nas localidades de Nehone, Oshimolo, Omulunga Washikongo e no Chiede Comuna de Namacunde</i>); Quiçama (<i>Quiçama tem cinco (5) comunas que são: Cabo Ledo, Mumbondo, Kixinge, Demba Chio e Muxima. São zonas que têm bairros ribeirinhos e estão expostos a risco</i>), Namibe (<i>Virei, Camuciuo, Bibala e a comuna do Yona/Tômbwa</i>);</p> <p><u>Períodos mais críticos:</u> Huíla (todo o ano sendo o período mais crítico a época chuvosa); Cunene (época de seca e cheias); Namibe (novembro a março (cheias) e a seca, ocorre em quase todo ano); Quiçama (Novembro a Abril, no máximo até nos dias 20 mas pode-se estender a Maio);</p> <p><u>Pessoas/grupos mais afectados:</u> Cunene (os San, Vatwa e Muacahona); Namibe (toda a população das zonas rurais é afectada, mas a comunidade Vatwa, por viver ao relento e depender da caça e de serviços de mão de obra remunerada); Quiçama (as cheias ocorrem com mais frequência no período chuvoso).</p> <p><u>O que esperam do Programa KWENDA:</u> Melhorar a capacidades das populações para criarem maior resiliência; Olhar para nós como parceiros no sentido de que tenham um papel mais interventivo na protecção de pessoas vulneráveis e não simplesmente a sua presença (Quiçama); Na província do Cunene, espera-se que o projecto KWENDA poderá apoiar os esforços do Governo na resposta a choques climáticos: (i) continuando a dar dignidade humana as famílias; (ii) ajudar com meios informáticos para gestão e organização da comissão de Protecção Civil para poder dar respostas as emergências; (iii) Estar pronto, junto com outras instituições, para intervenção imediata em caso de riscos; (iv) trabalhar com outras instituições na identificação dos vulneráveis e; (v) Ajudar na capacitação técnica em matérias de protecção capacitar m dar formação técnica.</p>	
<p>Actividade 6: Encontro com as Administrações Municipais Província/Município: Huíla/Gambos (12/04/2024), Chibia (); Quiçama (10/04/2024) Namacunde (17/04/2024) Camuciuo (15/04/2024)</p>	<p>(DESIGNAÇÃO DA INSTITUIÇÃO) ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DOS GAMBOS; ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA CHIBIA; ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA QUIÇAMA; ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DE NAMACUNDE; ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO CAMUCIUO.</p>

TOTAL PARTICIPANTES: 21 Homens (16); Mulheres (5)	
<p>Desafios de implementação do KWENDA: Efectuar novos cadastramentos envolvendo as autoridades locais e o CASI, para se chegar aos munícipes mais vulneráveis; na fase de cadastramento deve haver maior transparência, resiliência e se criar um link de apoio entre o FAS e área municipal da acção social no fornecimento de dados de pessoas em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade, para se evitar a inclusão e exclusão de pessoas ineligíveis ao Programa; Efectuar novos cadastramentos envolvendo as autoridades locais e o CASI, para se chegar aos munícipes mais vulneráveis; na fase de cadastramento deve haver maior transparência, resiliência e se criar um link de apoio entre o FAS e área municipal da acção social no fornecimento de dados de pessoas em situação de extrema pobreza e vulnerabilidade, para se evitar a inclusão e exclusão de pessoas ineligíveis ao Programa; Maior celeridade dos pagamentos; A DMAS deverá identificar as pessoas pobres e sem situação de vulnerabilidade, com base nos mapeamentos já existentes; Capacitar as famílias vulneráveis incutindo nelas o espírito de trabalho (produção local), fornecendo técnicas básicas para a agricultura e mecanização, de forma a saírem das condições de vulnerabilidade;</p> <p>Erros de inclusão e exclusão: Maior engajamento da Acção Social na localização e no acompanhamento dos grupos vulneráveis de acordo com as suas áreas de referência, para posterior compilação e estruturação de dados junto ao FAS; Para a exclusão de agregados familiares, deve-se ter em conta o critério individualizado, ou seja, pessoas com rendas fixas não podem ser inseridas no programa, por exemplo com renda acima de AKz 50.000,00; O FAS-IDL, deve ter acesso à relação nominal de todos os funcionários da Administração Municipal, e trabalhar em paralelo com as autoridades locais.</p> <p>Institucionalização do KWENDA: Passar para uma política pública dependeria de uma legislação. Devem ser revistos os critérios de selecção incluindo também aquelas pessoas com dificuldades de emprego, no caso, os recém-formados; Sendo um programa de redução da pobreza e as assimetrias sociais nas comunidades, uma vez que há relatos que dão conta que os beneficiários têm dado outro destino aos valores, o ideal seria submetê-los a uma acção formativa através de palestras, ou certames para que o verdadeiro propósito possa ser alcançado; Efectuar um levantamento adequado do público alvo, tendo em conta o contexto sociocultural de cada circunscrição e não se desenhar um protótipo que sirva de matriz para o País inteiro, atendendo ao índice de pobreza e do desemprego;</p> <p>Critérios de selecção KWENDA URBANO: Nível de pobreza e de desemprego na zona urbana e para o êxito do programa, devem trabalhar com as autoridades administrativas locais, comissões de moradores e autoridades tradicionais na recolha de dados para aferir os que realmente são vulneráveis para se beneficiarem do programa; Para reduzir riscos de inclusão e exclusão na expansão do Programa, recomenda-se: (i) maior engajamento da Acção Social no acompanhamento dos grupos vulneráveis; (ii) adoptar critérios individualizados de renda; Submeter a acção de capacitação os beneficiários para maximizarem a capacidade produtiva por área de produção, melhorar toda a cadeia de produção, as vias de acesso para o escoamento de produtos, bem como flexibilizar os preços de fertilizantes sementes e os meios de produção; Deve atender aquelas famílias sem renda, ou aquelas cuja renda mensal é irrisória quando comparado ao salário mínimo nacional; Os riscos que apontam para a inclusão e exclusão de famílias vulneráveis são: Acessibilidade das vias; Especulação na informação (quebra na comunicação, isto é, a informação não chega de forma qualitativa); Inserção de pessoas que não devem beneficiar do projecto e; demora na entrega de benefícios.</p> <p>Novas componentes KWENDA II: As famílias terão maior possibilidade, no concernente à capacitação, protecção contra as calamidades naturais, bem como em questões emergenciais para aliviar a pobreza e a vulnerabilidade nas comunidades em geral; Para melhorar a Inclusão Produtiva, propõe-se: (i) Investir na reabilitação das vias de acesso e meios de escoamento dos produtos; (ii) Conceder créditos a cooperativas e associações de agricultores e; (iii) Promover a industrialização dos produtos para conservação; Treinamento e acompanhamento desses grupos na utilização dos referidos meios; Industrialização dos produtos como forma de conservação; Atender atempadamente as famílias vulneráveis afectadas por situações de choques, tendo em conta as características específicas das comunidades (baixo índice de produção, agravamento da fome/desnutrição, vias de acesso); Quanto às componentes de resposta a choques e emergências, sugere-se encontrar mecanismos para resolver situações pontuais de calamidades naturais; Que seja consolidado o CSU com o Sistema de Informação e Gestão da Acção Social (SIGAS); A Acção Social (CASI), deve alimentar esse sistema com os dados para saber quantas famílias vulneráveis existem no município, sua localização, sexo e idade; a plataforma deve também fornecer dados de quantas famílias saíram da situação de vulnerabilidade e; disponibilizar verbas para o acesso à Internet (inserção de dados no sistema).</p> <p>Riscos/desafios KWENDA II: A precariedade das vias de acesso que inviabiliza a chegada do benefício às famílias; Identificar acções conjuntas que apoiem as famílias a vários níveis, olhando para os ciclos produtivos, a rota de transumância e actividades que possam reter a população nas localidades, numa perspectiva virada para o desenvolvimento local, ou seja, desenvolver programas permanentes com foco para a sustentabilidade, o que permitirá reduzir o êxodo rural e a busca de melhores condições de vida em outros pontos do País ou mesmo fora; Olhar para as questões específicas de vulnerabilidade (Idosos doentes, jovens desempregados e outros) que podem fazer parte do agregado familiar, mas carecem de apoio suplementar directo; Focar os apoios no modo de vida das comunidades, que por exercer maioritariamente actividades de pastorícia, nem sempre investem em acções conjuntas, ou seja, focar as acções de forma diferenciadas em termos de tratamento, (zonas rurais acções individuais/zonas urbanas acções coletivas); Os riscos devem ter como base nas lições aprendidas no KWENDA; corrigir aspectos negativos do programa actual.</p>	
Actividade 7: Consulta Pública às Autoridades Tradicionais sobre o KWENDA II (Grupo Focal)	PARTICIPANTES: Gambos (9 homens)

Município: Gambos (12/04/2024); Quiçama, Bairro Cahulu (10/04/2024); município dos Gambos	Quiçama (5 homens; 3 mulheres)
TOTAL PARTICIPANTES: 17 Homens (14); Mulheres (3)	
<p><u>Zonas mais afectadas:</u> Em Namacunde, as zonas mais afectadas pelas secas e pelas cheias no município dos Gambos são: Camuciuo, Ehongo, Muheque, sede Capunda, Rio d'areia, 17 de Setembro, Catunda, Pocolo, Matala, Dongue, Huiyomgambwe e toda comuna da Chibemba; Na Quiçama as zonas mais afectadas Cahululu, sector 1 sector 2 Tandala, sector 2 Dembe, Bumba e Cambondo N'gandu; Na Quiçama, As cheias ocorrem com mais frequência no período de Novembro a Abril, no máximo até nos dias 20. Mas, às vezes, pode chegar até Maio, devido à abertura das barragens que é o maior causador das enchentes. As localidades mais afectadas são: Cahululu, sector 1 sector 2 Tandala, sector 2 Dembe, Bumba e Cambondo N'gandu.</p> <p><u>Principais dificuldades:</u> Gambos: (i) não puderem de cultivar. As culturas não desenvolvem quando há secas ou cheias e essa situação acaba sempre por repercutir na fome em grande escala; (ii) dificuldades associadas a possibilidade e o real surgimento de pragas com destaque para gafanhotos, fazendo com que as culturas sejam devoradas antes mesmo de estarem prontas para a colheita e o pouco que resta torna-se inadequado para o consumo; (iii) movimentação de pessoas de um local para outro considerado por eles mais acessível, e quando isso acontece, os recursos das zonas anfitriãs são muito explorados, por exemplo, os furos de água, que são usados ao extremo a fim de atender a demanda; Quiçama: a fome, devido a falta de acesso às lavras, uma vez que as famílias ficam sem recursos para comprar alimentos.</p> <p><u>Alterantivas:</u> No período de seca a população reúne recursos humanos suficientes, para, manualmente, procederem a escavação de poços; Quanto à fome, a principal solução é a venda ou troca de animais para a aquisição de bens de primeira necessidade e assim socorrem aqueles que nada possuem e estão em extrema carência; a administração tem tentado ajudar os bairros na abertura de furos de água, distribuição de cestas básicas a fim de reduzir a fome e a morte e distribuído material de uso doméstico;</p> <p><u>Para o programa KWENDA II, sugerem:</u> Mais atenção no seu município, para poderem lidar melhor com o período de seca que tem prejudicado bastante a comunidade pastoril que se dedic à transumância, e que façam isso através abertura de mais furos de água, sondas e chimpacas; Abrangência de mais pessoas, pois o número de beneficiários do KWENDA foi muito reduzido. Na altura do cadastramento, devido à seca, a população emigrou para outras localidades e há pessoas que não foram abrangidas. Também há preferência sobre a modalidade de pagamento; Propoem que este seja feito mensalmente e não trimestrais ou semestrais, alegando que assim, conseguiriam se desdobrar melhor face a várias situações adversas.</p>	
Actividade 8: Consulta Pública aos Jovens sobre o KWENDA II (Grupo Focal) Município: Gambos (12/04/2024) Camuciuo (12/04/2024)	PARTICIPANTES: Gambos (3 homens; 6 mulheres) Camuciuo (60 homens)
TOTAL PARTICIPANTES: 76 Homens (63) Mulheres (6)	
<p><u>Gambos:</u> ocorrem cheias com pouca regularidade, pois, tem-se registado pouca ocorrência de chuvas nas localidades, com excepção dos bairros da Oncanga e do Tyati . Já as as secas ocorrem com muita regularidade, e os bairros mais afectados têm sido a Matala, Serração e Tchimuenho; As principais dificuldades são a fome e a desnutrição infantil, mortes constantes dos animais de criação. Há um processo de emigração da população para a república da Namíbia para, Luanda. As pessoas que emigram para outras localidades, são na sua maioria homens, no entanto verifica-se um equilíbrio nos últimos tempos, e tem havido um crescente abandono de menores por parte dos pais (Pai e Mãe). Outro aspecto importante é a transumância para alimentação e abeberamento do Gado; Para acudir essas situações, segundo os relatos, os líderes dos bairros têm tido a responsabilidade de mobilizar pessoas, com apoio de algumas ONGs como ADPP, a fim de levarem a cabo a escavação de poços na margem de rios secos, construção de tanques para acumulação de água, abastecida por cisternas, o que tem ajudado a população local no tempo seco. Outra preocupação apresentada, é a morte de pastores e animais durante o processo de transumância pois têm que percorrer longas distâncias com fome e sede;</p> <p><u>Camuciuo:</u> tem se verificado a seca nos períodos de setembro à novembro, permitindo assim que haja transumância, falta de água para o pasto, falta de produção agrícola, fome e desnutrição. Nos meses de dezembro à fevereiro tem se verificado grandes quedas pluviométricas causando cheias e inúmeras consequências, tais como: doenças diarreicas, desalojamento de famílias em zonas afectadas e afecta a produção agrícola.</p> <p><u>Quanto às expectativas sobre o KWENDA II:</u> que o cadastramento abrangesse aquelas pessoas que não foram abrangidas, por serem muitas. Que o programa tivesse uma componente que beneficie directamente as crianças sem lar e os adultos sem condições, oferecendo lares de acolhimento a essas crianças. Que fosse realizando um cadastramento mais controlado para os adultos que praticam a transumância para que esses recebam os seus valores e ajuda com mais frequência. Gostariam também que a componente da Inclusão Produtiva fosse mais difundida e mais publicitada, para que haja maior inclusão da juventude local, o que resultaria na diminuição do desemprego e ofereceria uma perspectiva de vida a esses mesmos jovens; Implementar um programa de alfabetização, fornecer meios de produção. Apoiar o empreendedorismo na juventude e; Dialogar mais com os jovens para reduzir a emigração para outras áreas.</p> <p><u>O que pode ser melhorado:</u> as vias de acesso; construção de pontes e desassoreamento das represas e chimpacas; construção de diques, furos de água e reparação de furos já existentes; entrega de chapas para apoiar as famílias desabrigadas.</p>	

Actividade 9: Consulta Pública a Mulheres sobre o KWENDA II (Grupo Focal) Município: Gambos (12/04/2024); Quiçama (10/04/2024) Camucuio (15/04/2024)	PARTICIPANTES: Gambos (11 mulheres) Quiçama (31 mulheres) Camucuio (45 mulheres)
TOTAL PARTICIPANTES: 87	
<p><u>Gambos</u>: as secas e as cheias acontecem com muita frequência sendo as localidades mais afetadas as seguintes: Embala com todos os bairros, rio d'areia com alguns bairros apenas, Viriambundo, Tchitongotongo, Chiange, Taka, Vihaengue, Luheque e Tchicule; Durante o período das cheias a principal dificuldade é a impossibilidade de trabalhar nas lavras pois a terra fica alagada, o que acaba se repercutindo na escassez de alimentos e consequentemente a fome extrema. Já para o período da seca, as principais dificuldades têm sido para além da fome, a falta de água tanto para o consumo humano quanto para o animal. Regista-se a emigração da população e transumância dos animais para outras áreas de maior segurança e com possibilidade de alimentos e água para as famílias e animais; Para acudir a estas situações se tem recorrido a algumas cooperativas locais e a administração municipal, a fim destes fornecerem recursos que garantam a sua subsistência; Tem recebido alguns meios de subsistência por parte da administração, tal como sementes (milho, feijão, etc.), bens de primeira necessidade (alimentos) vestuário, alguns bens de uso doméstico, água tratada para o consumo. Os animais quando doentes são tratados e vacinação pelos serviços de veterinária; Em relação ao que gostariam que fosse melhorado, algumas participantes referiram que gostariam de receber transferências do KWENDA com mais regularidade. Outras gostariam de ter mais oportunidade de emprego na comunidade de modos a poder prover sustento para as suas famílias. Gostaria que tivesse um mercado local. Para as secas e cheias, gostariam que fossem abertas chimpacas e furos de água, de modos a facilitar a distribuição de água a nível de todo o município.</p> <p><u>Quiçama</u>: Essas cheias acontecem sempre que ha um aumento de chovas e quando se abre a barragem do Rio Cuanza, o que ocorre de dois em dois anos, mas, desta vez, aconteceu durante dois anos seguidos, desde os meses em que começa a chover muito, isto é, a partir de Novembro até ao mês de Abril. As localidades que mais sofrem com enchentes são: bairro Cahululu (nós aqui), os bairros Tandala, Caxicane, Ságua, Bende, Pende, Bumba, Cambolo Ngano e, mesmo também, as zonas vizinhas de Cahululu; Faltam moradias fixas porque, quando acontecem as enchentes, as águas estragam as casas e é preciso que se mudem rapidamente para áreas mais seguras. Disseram que costumam a “subir” para o bairro de cima, onde constroem “cubatas”, em lugares indicados pelo Coordenador do bairro. Outros mudam-se temporariamente para Luanda onde têm familiares; A falta de alimentação também é um problema apontado pelas mulheres, como resultante das cheias que estragam as plantações e ficam sem colher nada; As participantes afirmam não haver apoio da administração local nestes casos: “Nós aqui o que nos ajuda aqui é só mesmo o “KWENDA”; Gostaríamos que a Administração melhorasse e nos ajudasse com a sexta básica, chapas, dinheiro para comprar sementes para fazer o cultivo quando as águas baixarem.</p> <p><u>Camucuio</u>: a seca tem ocorrido no período entre Julho à Outubro e as cheias no período entre Dezembro à Março; A localidade mais afetada é a comuna do Chingo e as mais afetadas pelas cheias são a comuna das Caçimbas, Mamué e na sede propriamente na localidade do Caluvundo; As dificuldades variam em função da natureza da calamidade. Quando há seca as dificuldades são a fome, falta de água, dispersão familiar, desemprego, transumância. Já nas cheias as vias de acesso ficam danificadas, há doenças e as pessoas ficam sem abrigo; Os choques climáticos, sociais e económicos têm afectado uma boa parte de Angola. No município do Camucuio têm ocorrido eventos de causas naturais, como a seca e as cheias quase todos os anos, trazendo consigo inúmeras consequências ao município. Essas causas naturais não se podem controlar, mas sim minimizar os seus efeitos, como a melhoria das vias de acesso, distribuição de mosquiteiros para o combate à malária, construção de barragens, construção de furos de água artesanais, distribuição de lotes para autoconstrução dirigida fora de zonas de riscos; A Administração Municipal tem prestado auxílio para dissolver os danos causados pela seca e cheias. Esta por sua vez, tem prestado alguns apoios, bens alimentares, materiais de construção, distribuição de mosquiteiros, imputes agrícola. Portanto, a população tem solicitado a Administração para ampliar os apoios prestados, e implementar projectos que irão facilitar na prevenção das consequências destes eventos.</p>	
Actividade 10: Consulta Pública aos Homens KWENDA II (Grupo Focal) Município: Quiçama (10/04/2024) Camucuio (15/04/2024)	PARTICIPANTES: Quiçama (27 homens) Camucuio (20 homens)
TOTAL PARTICIPANTES: 47	

Quiçama: as cheias aqui no Cahululu têm ocorrido de Abril a Maio. Mas, neste ano, aconteceu desde o mês de Dezembro. A enchente vária de acordo com a quantidade de chuva e a abertura das comportas da barragem. As zonas que mais sofrem são as da margem do rio: o Cahululu, por estar na margem do rio e os sectores 1 e 2 pertencentes a Cahululu. Também, outros bairros como: Bumba, Bende, Cacoba, Gando e Tandala sofrem com as cheias; A água quando vem temos de mudar de um sítio para outro. O mesmo acontece nas lavras, onde a água pode subir um metro hoje e, amanhã, dois ou três metros; a falta de transporte tem dificultado a nossa saída a tempo das nossas casas porque, quando se avizinha a época das cheias, tem havido aviso mais cedo, mas, desta vez, o aviso veio muito tarde, e não tivemos tempo para transportar as coisas das nossas casas. A seca tem vantagens e desvantagens tanto para os agricultores e pescadores. A dificuldade para os camponeses tem a ver com a falta de meios para regar a terra; Da maneira que é feito o anúncio e, da maneira que nos prevenimos, vamos até ao soba local e, nos organizamos para saber onde nos acomodar. Se for numa mata, sem iluminação, devemos prevenir as nossas mães e as crianças devido o local de risco onde que vamos. A gente faz a nossa organização da nossa maneira possível, fazemos de forma colectiva, para saber onde vamos nos socorrer para abrigar as crianças e os idosos e, todos nós, com os olhos damos conta das situações;

Principais dificuldades: destruição de cultivo, Fome, Vias de acesso com ravinas, morte de animais (caprinos e bovinos, rios intermitentes, êxodo rural; Em termos de organização para acudir a situações de calamidade referiram: implantação de hortas próximo dos rios (seca); criação de furos artesanais com pouca durabilidade; venda de animais a baixo preço e; transumância; Nessas situações, têm recebido da Administração Municipal alimentação e algumas sementes mas consideram necessário ter represas para absorver as águas da chuva, diques de água e apoiar a produção agrícola, desde a implementação de sistemas de captação de água até aos equipamentos (motobomba, sistema de rega gota a gota).

Actividade 11: Consulta Pública aos Grupos minoritários KWENDA II (Grupo Focal)

Município: Cacula (22/04/2024) Cuito Cuanavale (19/04/2024)
Camucuo (24/04/2024) Namacunde (20/04/2024)

TOTAL PARTICIPANTES: 65
Homens (21) Mulheres (44)

PARTICIPANTES:

Cacula – San (5 Homens; 15 Mulheres)
Camucuo - Vatwa (4 Homens; 5 Mulheres)
Cuito Cuanavale – San (9 homens; 19 Mulheres)
Namacunde – San (3 homens; 5 Mulheres)

Vatwa: A região enfrenta problemas de seca o que dificulta na produção agrícola. Para atender essa situação e trazer o sustento as suas famílias, estes são obrigados a deslocar-se em outras localidades para trabalhar nas lavras de outrém e serem pagos pelo serviço prestado (em dinheiro e bens alimentares). Com o valor do KWENDA, conseguiu-se comprar comida e roupas, o problema enfrentado são os preços dos produtos alimentícios, que não permitiu comprar quantidades para acudir muito tempo; Alguns participantes aos grupos focais disseram não terem o costume de cultivar; fazem biscatos nas lavras de outras pessoas, principalmente no tempo chuvoso, quando aparece serviço; outros porém afirmaram não faze-lo por falta de instrumentos de trabalho (Charruas, enxadas, gado bovino de tracção) e por isso, colectam frutos silvestres para alimentação; também falou-se do recurso a meios emprestados para poderem trabalhar a terra, em época exata de cultivo; Por viver ao ar livre, as cheias os fazem mudar constantemente de localidade para sobreviver.

San: Sobre a experiência do KWENDA, o grupo focal da comunidade Sãn na cacula, informaram que foi muito boa a intervenção, pois, é a primeira vez que recebem um apoio desta natureza e com valor das transferencias sociais e monetárias, conseguiram adquirir bens alimentares, roupas, animais de pequeno porte para a criação e no apoio a actividade agrícola; As actividades realizadas e que o benefício do KWENDA reforçou são: Agricultura, pecuária, artesanato, produção do mel e a fundição de ferro para a fabricação de bicos e utensilios ou ferramentas diversas de apoio agricultura. As grandes dificuldades enfrentadas pela comunidade Sãn-Hupa que impedem o aumento da produção, são: a seca que afecta a região, a falta de uma chimpaca na localidade para o apoio a rega, no cultivo de hortícolas para ajudar na dieta alimentar das famílias e a inexistência de uma moagem de cereais na comunidade que tem feito com que as mulheres percorram longas distancias para a transformação dos cereais em farinha;

Para minimizar os impactos dos problemas climáticos: a população tem recorrido a produção de enchadas, flexas, bicos (forma rudimentar) e as mulheres na produção de utensilhos artesanais como Quimbalas, balaios, cestos etc. que comercializam no mercado municipal. Porém, faltam equipamentos modernos ou apropriados que melhorariam a qualidade e preço destes produtos.

2ª fase KWENDA (Vatwa): deve melhorar o tratamento das reclamações fundamentalmente quando as famílias perdem o meio de pagamento (Cartão multicaixa) há muita demora para a obtenção da 2ª via ou dar o dinheiro físico; se os cartões multicaixas continuarem deve-se garantir que não falte dinheiro nos ATM's bancos porque nas lojas cobram uma taxa de 10% à 20%; devem aumentar o apoio do KWENDA para ajudar as famílias a sair da pobreza, está a ajudar muito.

<p>2ª fase KWENDA (San): é preciso que se melhore a comunicação e o atendimento rápido das reclamações a serem apresentadas; Por isso, para melhorar solicitam abrigos melhores e acesso à alimentação; A actividade económica que têm realizado para melhorar a renda das suas famílias, é a agricultura de sequeiro, e de subsistência. Fazem em pequenas lavras, cultivando alguns cereais como o massango milho e o feijão. Não têm habilidades para negócios.</p>	
<p>Actividade 12: Consulta Pública a Pessoas com Deficiência Física, visual e motora, sobre o KWENDA II (Grupo Focal) Município: Camucuio (22/04/2024) Cabinda (19/04/2024) Cuanhama (19/04/2024)</p>	<p>PARTICIPANTES: Camucuio (15 Homens; 10 Mulheres) Cabinda (39 Homens; 16 Mulheres), Associação dos Deficientes Unidos de Cabinda – ADUC e da Associação de Mulheres Deficientes do Povo Grande Vunga Moyo Cuanhama (04 Homens)</p>
<p>TOTAL PARTICIPANTES: 59 Homens (43) Mulheres (16)</p>	
<p>É um programa que não diferencia o atendimento aos Agregados familiares que são tratados por igual, com maior atenção e prioridade no atendimento aos idosos e deficientes. Para assegurar uma maior inclusão de todas PcD-Visual no Programa KWENDA, o processo de cadastramento das PcD-Visual deve ser liderado e fiscalizado pela associação ANCAA.</p> <p>Esperam muito pelo atendimento (principalmente entre o cadastramento e os pagamentos), em alguns casos o tratamento de uma reclamação é moroso. As pessoas aguardam muito tempo e ficam com fome; Alguns beneficiários faleceram sem receber o benefício por causa da demora.</p> <p>Assegurar que o pagamento da prestação das TSM KWENDA seja mensal uma vez que as PcD precisam de serviços especializados regulares. Por Ex. as crianças que padecem da síndrome de down e autismo, ou os idosos afectados pela doença de Parkisson, precisam de acompanhamento medico-medicamentos contínuo; A prestação mensal de 11.000 KZs é considerada insuficiente.</p> <p>Enfrentam obstáculos para abertura de contas bancárias individuais, devido às exigências tais como procuração do notário, atestado de pobreza, e dificuldades de acessibilidade das instituições bancárias;</p> <p>Complementar as TSM com o acesso à formação técnica profissional das PcD para acabar com a dependência, por via do emprego com cursos de corte e costura, serviços de moto táxi, sapataria e outras; Precisam de ajuda para aprendizagem da leitura; falta de um local para a comercialização de seus negócios; A melhor opção seria estarem organizados em associações.</p> <p>Gostariam de ter acesso permanente a serviços de saúde e transporte público gratuito, uma vez que muitos deficientes visuais precisam de acompanhamento médico e medicamentos contínuo (por exemplo, a dose mensal das gotas para o glaucoma, custa 30.000 AOA).</p>	
<p>Actividade 13: Consulta Pública a Pessoas com albinismo, sobre o KWENDA II (Grupo Focal) Município: Cabinda (20/04/2024) Cuanhama (18/04/2024)</p>	<p>PARTICIPANTES: Cabinda (04 Homens; 02 Mulheres) Cuanhama (07 Homens; 06 Mulheres)</p>
<p>TOTAL PARTICIPANTES: 29 Homens (11) Mulheres (08)</p>	
<p>Foram unânimes em elogiar e reconhecer a relevância do KWENDA ao priorizar as pessoas com albinismo que são marginalizadas e excluídas na sociedade deficiência. Na província de Cabinda, a exclusão começa a partir da família onde o albino é considerado como uma criança sem valor e não vai ajudar a família no future pelo que algumas crianças albinas não vão para a escola;</p> <p>Na opinião dos intervenientes muitos albinos ficaram de foram no cadastramento do Programa KWENDA por falta de informação e estigma; por serem na maioria crianças, às mães escondem-nas. Para assegurar uma maior inclusão de todos Albinos no Programa KWENDA, o FAS deve apoiar a Associação de Apoio às Pessoas com Albinismo, que tem catalogados todos os Albinos a nível do país.</p>	

O actual valor das TSM KWENDA de 11.000,00 Kzs é muito pouco, porque se todas as pessoas precisam de comer; os albinos ainda precisam de protector solar para a pele, para sair a busca da comida ou trabalho. O custo da bisnaga de protector solar é de 4.000 Kzs e só serve para três dias.

O Programa KWENDA deve apoiar as pessoas com albinismo com formação escolar, técnico-profissional e empreendedorismo; Por intermédio das associações, podem fazer arranjos para garantir estágios a pessoas formadas levando em conta suas limitações como por exemplo visuais. Ajuda regular em cremes, óculos, Chapéus e sombrinha, entre outras. Valor monetário para empreender em actividades geradoras de renda.

ANEXO 3: FORMULÁRIO DE REGISTO DE RECLAMAÇÕES (ESTE FORMULÁRIO APLICA-SE ÀS COMPONENTES CUJA IMPLEMENTAÇÃO É RESPONSABILIDADE DO IDL-FAS)

Participações/Notificações de cadastramento/revisão de dados		Queixa/reclamação	
Qualificador Registo	Variáveis	Qualificador Registo	Variáveis
A. Cadastramento/Recadastramento	A1. Não fui cadastrado/a	EE. Erros de Exclusão	EE1. Cadastrado/a e o nome não saiu na lista de propostos e de não propostos
	A2. Necessidade de alteração de dados do cadastramento (nome, data de nascimento, ocupação, nº do documento de identificação, ponto fixo)		EE2. O nome saiu na lista de não propostos e não concordo
	A3. Mudança de residência		EE3. Fui excluído/a do Projecto e desconheço as razões
	A4. Não residente no bairro/aldeia		EE4. Nome constava da lista provisória de propostos, mas não consta da lista definitiva dos propostos
B. Notificações Administrativas	B1. Cartão de beneficiário danificado (mau uso, incêndio, roído pelos ratos)		EE5. Desactivado/a das TSM mas reúno os critérios para continuar a receber benefícios
	B2. Perda de documentos de identificação de beneficiário		EE6. Fui excluído do Projecto pela minha opção política
	B3. Perda/extravio do meio de pagamento (cartão multicaixa, telefone, SIMCARD)		EE7. Fui excluída do Projecto por ser mulher
	B4. Problemas com o PIN (ilegível, perdido)		EE8. Fui excluído/a do Projecto pela minha condição de portador de deficiência
	B5. Pin não corresponde com o cartão multicaixa/SIMCARD		EE9. Fui excluído/a do Projecto por opção religiosa
	B6. Atraso na substituição de cartões multicaixa/SIMCARD		EE10. Fui excluído/a do Projecto por ser de uma minoria etnolinguística
	B7. Mudança do chefe do Agregado familiar por morte/incapacidade	EI. Erros de Inclusão	EI1. Duplo registo – duas ou mais pessoas no mesmo agregado familiar
	B8. Elogios e agradecimentos		EI2. Duplo registo – da mesma pessoa
	B9. Cartão desactivado/PIN bloqueado por inserção consecutiva do PIN errado		EI3. Dependente de um(a) beneficiário(a)
	B10. Cartão retido no ATM		EI4. Recebe benefícios do Estado
	B11. Ausente no dia de pagamento		EI5. Funcionário Público
	B12. Pedido de esclarecimento/Informação		EI6. Possuidor de bens (criador de gado, empresário, empreendedor, etc.)
C. Seleção dos bairros/aldeias (focalização geográfica)	C1. Não houve envolvimento das autoridades locais (autoridades tradicionais, comissão de moradores)	F. Pagamentos	F1. Não carregamento da conta
	C2. No município existem bairros/aldeias mais vulneráveis que ficaram fora do Programa		F2. Agente de pagamento não me pagou
			F3. Valor recebido não corresponde à prestação
			G1. Envolvimento de técnicos do Projecto/parceiros/prestadores de serviços com meninos/as na comunidade

		G. Violência Baseada no Género (VBG)	G2. Actos de violência decorrentes do recebimento do benefício levados a cabo pelos/as parceiros/as
			G3. Abuso/violência sexual
			G4. Assédio sexual
			G5. Práticas culturais discriminatórias contra os direitos da mulher
			G6. Actos de violência decorrentes do recebimento do benefício levados a cabo pelos/as filhos/as, netos/as, outros parentes
		H. Ética	H1. Favorecimento de pessoas não elegíveis para o Projecto
			H2. Nepotismo e clientelismo no cadastramento dos agregados familiares
			H3. Nepotismo e clientelismo no pagamento dos agregados familiares
			H4. Postura dos técnicos do FAS/provedores de serviços
			H5. Consumo de álcool e drogas por pessoal ligado ao Projecto
			H6. Oportunismo político
			H7. Abuso de autoridade por entidades que realizam o cadastramento ou pagamento
			H8. Negligência deliberada por motivações pessoais
			H9. Burla
			H10. Apropriação indevida de benefícios por terceiros

QUALIFICADOR KWENDA-IP

Qualificador Registo	Variáveis	Qualificador Registo	Variáveis	
A. Cadastramento/Seleção	A1. Fui cadastrado mas não fui inscrito na Inclusão Produtiva	C. Violência Baseada no Género (VBG)	C1. Envolvimento de técnicos do Projecto/parceiros/prestadores de serviços com meninos/as na comunidade	
	A2. Aderi aos critérios mas não fui inscrito na IP		C2. Actos de violência decorrentes do recebimento do benefício levados a cabo pelos/as parceiros/as	
B. Ética	B1. Favorecimento de pessoas não elegíveis para a IP		C3. Abuso/violência sexual	
	B2. A postura dos técnicos do FAS/provedores de serviços não tem sido a mais correcta		C4. Assédio sexual	
	B3. Falta de acompanhamento dos grupos de beneficiários pelos técnicos da agência de implementação		C5. Práticas culturais discriminatórias contra os direitos da mulher	
	B4. Consumo de álcool e drogas por pessoal ligado ao Projecto		C6. Actos de violência decorrentes do recebimento do benefício levados a cabo pelos/as filhos/as, netos/as, outros parentes	
	B5. Oportunismo político		D. Kits de Inclusão Produtiva	D1. Os equipamentos e materiais fornecidos não são apropriados para o que eu faço
	B6. Abuso de poder por parte dos técnicos da agência de implementação			D2. Os equipamentos e materiais foram entregues muito tarde, o que afectou o ciclo de produção
	B7. Nepotismo e clientelismo no cadastramento			D3. O acompanhamento da agência de implementação não é bom
	B8. Nepotismo e clientelismo na atribuição de Kits			D4. Desde que recebemos os Kits nunca mais ninguém veio nos apoiar
	B9. Burla			D5. Não foram entregues equipamentos de higiene e segurança no trabalho (kits de primeiros socorros, uso inadequado de equipamentos (luvas, capacete, botas, etc.
	B10. Negligência deliberada por motivações pessoais	D6. Recibo equipamento com defeito		
B11. Apropriação de benefícios por terceiros	D7. Recebi equipamentos com custo muito elevado e não tenho capacidade de reembolsar			
E. Higiene e Segurança no Trabalho	E1. Incumprimento das medidas de segurança e higiene no trabalho (Kits de primeiros socorros e medidas de biossegurança)	D8. Esterilidade das sementes e animais de pequeno porte		
	E2. Ausência de equipamentos de protecção individual (máscaras, luvas, álcool gel)	F. Erros de Inclusão		F1. Conheço alguém que não reúne os critérios e é beneficiário da IP
	E3. Ausência de equipamentos apropriados quando se justifique (botas, luvas, capa de chuva, colete salva vidas, capacete, rede mosquiteira, repelente, etc.)			F2. Faço parte de um grupo de produção mas não tenho acesso aos equipamentos e materiais
G. Erros de Exclusão	G1. Fui excluído(a) da IP pela minha opção política			
	G2. Fui excluída da IP por ser mulher			

	G3. Fui excluída da IP por ser de outra etnia		
	G4. Fui excluído(a) da IP pela minha opção religiosa		

QUALIFICADOR ADECOS

Qualificador	Variáveis	Qualificador	Variáveis
A. Erros de Inclusão	A1. A pessoa seleccionada para ADECOS não vive no bairro/aldeia	B. Erros de Exclusão	B1. Fui excluído(a) da eleição pela minha opção política
	A2. O processo de eleição favoreceu parentes do(a) soba/coordenador(a) do bairro		B2. Fui excluída da eleição por ser mulher
	A3. A pessoa seleccionada não cumpre com os requisitos para ser ADECOS		B3. Fui excluído(a) da eleição por ser de outra etnia
C. Ética	C1. A eleição dos ADECOS não obedeceu aos critérios	D. Violência Baseada no Género (VBG)	B4. Fui excluído(a) da eleição pela minha condição física ou de saúde
	C2. O processo de eleição favoreceu um parente do soba/coordenador do bairro		B5. Fui excluído(a) da eleição pela minha opção religiosa
	C3. A postura dos técnicos do FAS/prestadores de serviços não tem sido a mais correcta		B6. Fui excluído(a) da eleição pela minha idade
	C4. Consumo de álcool, drogas por ADECOS, supervisores		D1. Actos de assédio, troca de favores, coação
	C5. Oportunismo político		D2. Envolvimento de técnicos do FAS/Supervisores com os/as ADECOS
	C6. Abuso de poder por parte dos técnicos do FAS/Supervisores		D3. Fui vítima de abuso/assédio/violência sexual
E. Formação	E1. Atraso na entrega dos certificados de formação	F. Trabalhos de campo	F1. Avaria do telefone de recolha de dados
	E2. As condições de alojamento e alimentação durante a formação não foram boas		F2. As bicicletas não são duráveis e adequadas
	E3. Os nossos bairros/aldeias são distantes do local de formação e não fomos apoiados com transporte		F3. Condições de alojamento e alimentação inadequadas
	E4. Atraso na entrega dos equipamentos (passe de identificação, farda)		F4. Atraso no pagamento do subsídio de campo
	E5. Farda em número insuficiente ou pouco durável		F5. O subsídio que me foi pago não corresponde ao número de dias que trabalhei
	E6. Incumprimento de medidas de biossegurança durante a formação (uso de máscaras, álcool gel, lavagem das mãos)		F6. O acompanhamento dos(a) supervisor(as) não tem ajudado
			F7. Ausência de equipamentos de protecção individual (capacete, capa de chuva, kit de primeiros socorros)

ANEXO 4: LISTA DE ATENDIMENTO DO SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO E RECLAMAÇÕES (SPEREC)

Nº	Província	Telefone
1	Luanda (Direcção Geral)	944 307 400
2	Bengo	937 326 186
3	Benguela	922 235 468
4	Bié	943 580 420
5	Cabinda	939 043 090
6	Cuanza Norte	924 225 889
7	Cuanza Sul	922 189 995
8	Cuando Cubango	922 460 091
9	Cunene	940 686 877
10	Huambo	939 224 114
11	Huíla	932 124 219
12	Luanda	922 047 770
13	Lunda Norte	930 956 595
14	Lunda Sul	934 486 733
15	Malanje	921 219 061
16	Moxico	942 443 709
17	Namibe	948 642 928
18	Uíge	935 429 057
19	Zaire	926 987 117